

Contra a vontade expressa do eleitorado

GOVERNO PS/PSD "SOLUÇÃO" CONDENADA AO FRACASSO

A formação pelo PS de uma coligação governamental que mantém no poder pelo menos o principal partido da "AD" desrespeita totalmente o sentido de voto das últimas eleições, nomeadamente o sentido do voto no PS - declarou anteontem Álvaro Cunhal aos jornalistas, lembrando que nem o PS nem o PPD/PSD

conduziram a sua campanha na base da constituição de uma tal coligação.

Acresce que a política de um governo constituído nessa base prosseguirá a política desastrosa dos últimos anos, e a crise económica, social e política não será ultrapassada mas aprofundada.



A Comissão Política confirma que o PCP, na conjuntura actual e no futuro, no rigoroso quadro da legalidade democrática e no uso das liberdades e direitos que a Constituição confere aos partidos e aos cidadãos, se oporá à continuação por um Governo PS/PSD da política de desastre nacional dos Governos da "AD" e, com os trabalhadores, com todos os verdadeiros democratas e patriotas, continuará lutando por uma verdadeira alternativa política no quadro do respeito e da observância da Constituição da República.

(Da declaração lida anteontem por Álvaro Cunhal aos jornalistas)

Pág. 3

ALTO
DA AJUDA
9,10 e 11
SETEMBRO
1983



IV Congresso do Partido Frelimo «Porque o nosso povo o quer o nosso povo o fará»

Suplemento



Que prioridades?

Nisa, um jovem concelho APU
que já tem coisas para contar



SEMANA

4 Quarta-feira



O secretário da Junta de Freguesia de Crestuma afirma que a população daquela localidade votará na próxima segunda-feira se até lá for retirada a placa que assinala o princípio da freguesia de Lever; o diferendo entre as duas autarquias está a impedir o apuramento da votação total do distrito do Porto. Almeida Santos afirma ao «DL» que o «PS está tanto nas mãos do PSD como este está nas mãos do PS» e que aquele é o partido com mais «afinidades programáticas» com o PS. Professores de Portugal e Moçambique divulgaram uma declaração conjunta em que condenam o «racismo, o apartheid, o sionismo e todas as formas de exploração dos povos». O Procurador Geral do Irão anuncia a proibição do Partido do Touche, comunista. A Nicarágua acusa as Honduras de invasão de parte do seu território. Helmut Kohl defende no parlamento da RFA a continuação do diálogo com a URSS, os países socialistas nos domínios político, económico, científico e cultural.

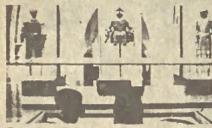
5 Quinta-feira

O secretário de Estado do Tesouro, demitido, afirma no Funchal que a política imposta pelo FMI obriga a «medidas drásticas» que agravaram ainda mais as já difíceis condições de vida dos portugueses. Realiza-se no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, o escrutínio dos votos dos emigrantes. António Campos, do PS, afirma com alegria que muitas das respostas ao «referendo» as bases sobre a política de alianças do PS é feita por «não militantes» através da reprodução de boletins de voto publicada na imprensa; ou seja, todos puderam responder, dentro e fora do PS. A França e a China assinam acordo para fornecimento de reatores nucleares franceses. Realizam-se eleições autárquicas no País de Gales e na Inglaterra. Começa em Itália a pré-campanha eleitoral para as legislativas que se vão realizar em 26 de Junho. A Câmara de Representantes dos EUA aprova um apelo ao congelamento imediato, simultâneo e controlado da fabricação, ensaio e instalação de armas nucleares nos EUA e na URSS.

6 Sexta-feira

Trabalhadores de mais de 40 UCP's e Cooperativas da Reforma Agrária manifestam a sua solidariedade com os vidreiros da Fontela enviando-lhes um conjunto de produtos alimentares para minorar as dificuldades que estão a sofrer sem trabalho e sem salários. Pinto Balsemão afirma que os EUA pretendem renegociar o acordo sobre a base das Lajes e conseguir outras facilidades noutras bases portuguesas. A Confederação Nacional da Agricultura exige a formação imediata dum comissão de emergência para o combate aos efeitos da seca. O ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA afirma que as comunidades europeias continuam a exigir ao governo argentino o esclarecimento do destino dos cidadãos desaparecidos naquele país. A comissão das relações externas do Senado dos EUA decide o aumento da ajuda militar à Grécia mas condiciona-o ao acesso dos Estados Unidos às actuais bases militares naquele país. O primeiro-ministro do Lesoto faz escala em Maputo, em viagem a vários países socialistas europeus e asiáticos.

7 Sábado



É inaugurada em Lisboa a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura; a organização é do Conselho da Europa e do Estado Português. Comissão Nacional do PS passa «cheque em branco» a Mário Soares para negociar com o PSD; uma das exigências deste partido para eventual acordo é a revisão antecipada da Constituição. Grande manifestação popular em Matosinhos leva à respectiva Assembleia Municipal o repúdio pelo aumento de tarifas da electricidade e pela política do executivo PS, responsável pela sua aplicação. O ministro das Questões Legais e Parlamentares do Zimbábue anuncia que estão a decorrer negociações com vista à fusão da ZANU, no Poder, com a ZAPU. O exército sandinista divulga que mais de cem mortos e vinte feridos resultaram de confrontos com as forças reaccionárias que ontem invadiram território da Nicarágua.

8 Domingo



Registam-se novos incidentes nos limites de Crestuma e Lever quando uma brigada municipal, protegida por cerca de 200 homens da GNR, procedeu ao levantamento da placa que delimita as duas freguesias; onze pessoas ficaram feridas nos confrontos. O MDP/CDE afirma defender «uma solução governativa baseada no PS e seus aliados, no PCP e no MDP/CDE, personalidades independentes e áreas democráticas do PSD». Maquinistas da CP iniciam greve de zelo indeterminada até à reintegração dos trabalhadores despedidos por não acatamento da requisição civil. Segundo a agência Sana, o presidente da Síria, Hafez Assad, afirma que o projecto de acordo sobre o Líbano é «um contrato de submissão em proveito de Israel». Grupos fascistas provocam incidentes em Paris durante as comemorações do armistício de 8 de Março de 1945.

9 Segunda-feira

Comemora-se em vários pontos do país o 38.º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. A CGTP-IP revela que as dívidas do patronato à segurança social ascendem já a 50 milhões de contos. A população vota finalmente para a Assembleia da República, após dois adiamentos sucessivos devidos ao contencioso com a freguesia de Lever; o PS foi o partido mais votado. Começa em Madrid a XXIX Conferência de Estados-Maiores da Península Ibérica. Um especialista norte-americano em questões de Defesa afirma que o discurso de Reagan em 27 último mostra que os EUA «estão a planear os preparativos de uma confrontação atómica». O marechal Ustinov advertiu que «qualquer tentativa de actos de agressão» contra a URSS «será fatal para os seus causadores». PSOE vence as eleições autárquicas e regionais em Espanha. Thatcher decide marcar eleições antecipadas na Grã-Bretanha, após serem conhecidos os resultados favoráveis ao Partido Conservador das eleições municipais.

10 Terça-feira

«A formação dum Governo PS/PSD trai frontalmente a vontade política do eleitorado expressa nas eleições», sublinha a Comissão Política do CC do PCP. Em conferência de imprensa, Álvaro Cunhal apresenta uma declaração de princípios conclusões da reunião daquele organismo de direcção do PCP. Prossegue a greve de zelo dos maquinistas da CP. A Assembleia Municipal do Porto homenageia a figura de Humberto Delgado. É anunciada para o próximo dia 21 em Sacavém a III Conferência Nacional dos Reformados. O Partido Comunista de Espanha (PCE) anuncia a apresentação de propostas ao PSOE para acordos entre os dois partidos a nível municipal. Em sinal de protesto contra o documento de «auto-amnistia» sobre os desaparecidos, recentemente divulgado pela ditadura argentina, Adolfo Pérez Esquivel, Prémio Nobel da Paz — 1980, inicia uma greve de fome juntamente com um sacerdote e mais três membros do movimento «Justiça e Paz».

Editorial

UMA FALSA «SOLUÇÃO»

O facto consumado está: o casamento político de direita do PS com o PPD selou-se praticamente anteontem no publicitado encontro de Mário Soares com Mota Pinto em S. Bento.

Cozinhada nos bastidores pelos dirigentes soaristas e motapintistas antes das eleições, logo que a crise governativa da «AD» se tornou inevitável, toda uma colossal operação de manipulação da opinião pública foi agora montada para tentar justificar com os resultados eleitorais, adulterando-lhes o sentido, uma aliança bastarda de política e de governo entre o PS e o PPD.

O episódio publicitário do encontro de anteontem em S. Bento é o epílogo dessa operação e a necessária encaenação de uma outra que se segue: a transacção das pastas e das «postas» entre os dois partidos para a formação do novo Governo.

Trata-se de uma autêntica reversão das alianças no seio da Internacional Socialista, insólita nos anais da história recente da ascensão de partidos socialistas ao Poder na Europa capitalista.

O PS de Mário Soares, tendo acabado de recolher no Portugal de Abril a maioria relativa dos votos dos eleitores e que, com uma coligação democrática de esquerda — a APU —, e mesmo apenas com o PCP, soma uma substancial maioria absoluta de votos e de mandatos, prefere aliar-se à direita com o principal partido derrotado da coligação reaccionária governante, chamando a este insólito casamento «maioria maior de centro-esquerda»!

Este estranho casamento político de um partido socialista-filado na IS, e cujo dirigente máximo é simultaneamente vice-presidente da IS, nada tem a ver com «centro-esquerda».

Trata-se, sim, da aliança de um partido democrático — o PS — com um partido de direita, elivado de gente da extrema-direita, para fazer vingar uma política de direita.

Nada de semelhante se produziu na França com Mitterrand, na Grécia com Papandréou, na Suécia com Olof Palm, na Austrália com Krelsky, na própria Espanha com Gonzalez, em nenhum país da Europa capitalista onde os socialistas ascenderam ao Poder.

Nem mesmo na Inglaterra, onde o Partido Trabalhista luta em posições nitidamente opostas às do Partido Conservador de Thatcher. Nem na RFA, onde o partido de Brandt se demarca abertamente do partido de extrema-direita de Kohl em questões fundamentais.

Só na Itália, o «vitalizado» PSI, mesmo assim numa situação de ruptura com a Democracia-Cristã, se tem mantido colgado à direita dominante no governo.

O PS de Mário Soares assume-se assim directamente como precursor no seio da IS de um estranho tipo de casamento político com a direita que se reveste de particular gravidade num país que liquidou um regime fascista de 48 anos através de uma revolução libertadora, fonte de profundas transformações políticas, sociais e económicas — as conquistas democráticas fundamentais de Abril, precisamente e ferozmente atacadas pela coligação governante de direita derrotada nas eleições e, no momento actual, sob o fogo de um governo de gestão maioritariamente dirigido pelo partido de Mota Pinto.

É, pois, uma aliança que trai abertamente o mandato eleitoral e a vontade política dos eleitores que em esmagadora maioria votaram contra a política de direita da «AD» liderada pelo PPD com o qual se prepara agora para juntar os trapinhos do partido de Mário Soares.

Como tal dito na declaração de Álvaro Cunhal aos órgãos de Comunicação Social no dia 10, em nome da Comissão Política do CC do PCP, desta bastarda aliança salta não um governo do centro-esquerda, mas «um governo

constituído por acordo entre as direcções de um partido democrático e de um partido reaccionário para realizarem, na conjuntura actual, uma política de direita».

A transacção das pastas para a formação do futuro governo de coligação PS/PPD concretizará a nível do executivo e do legislativo as exigências do grande capital e do imperialismo para assegurar a continuação da hegemonia da direita na política do País.

Nenhuma ilusão deve restar aos trabalhadores e aos democratas portugueses quanto ao verdadeiro sentido do casamento político do PS com o PPD.

Como sublinha a declaração da Comissão Política atrás citada «a política que um Governo do PS com o PPD/PSD se propõe realizar significará a continuação no essencial da desastrosa política realizada pelos governos da «AD» nos últimos anos».

Mário Soares com as reiteradas tentativas de «brancoamento» das responsabilidades da «AD» em geral e do PPD/PSD em particular no agravamento da crise que sacode o País, criou o terreno favorável para a aceitação pelo PS das condições impostas pelos «falcões» do PPD:

— Domínio dos órgãos de Comunicação Social estatizados pela direita;

— Aprovação de uma nova lei de delimitação dos sectores que levaria directo à destruição das nacionalizações;

— Novas leis sobre a terra com as quais se pretende destruir a Reforma Agrária e garantir os interesses dos senhorios ricos em detrimento dos pequenos e médios agricultores rendeiros;

— Novas leis laborais em que avultaria a revisão da lei da greve, que eliminaria na prática este inalienável direito dos trabalhadores; a liberalização dos despedimentos sem justa causa; novas disposições que agravariam a lei dos contratos a prazo e outras disposições antioperárias.

Significativamente se refere a «maioria de dois terços» PS/PSD na futura AR para levar avante e dar continuidade à contra-revolução legislativa que caracterizou os governos PS sozinho e do PS/CDS desde 1976 ao Verão de 78.

E ainda mais quando os círculos da direita, com ecos no seio do PS, falam já na hipótese de uma nova revisão da Constituição com base nos quatro quintos possíveis com a colaboração do CDS na futura Assembleia da República que, entre outras coisas, sancionaria constitucionalmente a destruição das conquistas de Abril e a desfiguração do regime democrático, designadamente pela aprovação de uma nova lei eleitoral.

É por outro lado inquietante que nos círculos do Pentágono e da NATO se fale já na hipótese de empenhar as Forças Armadas portuguesas em novas aventuras guerreiras do imperialismo contra os povos do Sueste Asiático.

Mário Soares deve esclarecer com urgência e muito concretamente o Povo português sobre questões de extrema gravidade que são já do domínio público e não são propriamente inventadas pelo PCP mas oriundas de fontes da nova área do Poder aberta pela provável coligação PS/PPD.

Concretamente: pensam o PS e Mário Soares, como futuro Primeiro-Ministro, aceitar as condições da direita para a formação do Governo?

Pensa aceitar e aprovar a celerada lei de delimitações dos sectores e continuar as ilegalidades nas empresas e na zona da Reforma Agrária?

Pensa rever antecipadamente a Constituição actual?

Pensa conceder novas bases militares aos Estados Unidos e aceitar a instalação dos mísseis americanos e o trânsito de armas nucleares em território português?

PCP

Saudação ao PC da Dinamarca

O Comité Central de PCP enviou ao Comité Central do PC da Dinamarca, por ocasião do Congresso que hoje inicia, a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,

Saudando calorosa e fraternalmente o 27.º Congresso do Partido Comunista da Dinamarca, e por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas e trabalhadores dinamarqueses, o Comité Central do Partido Comunista Português faz votos para o melhor sucesso dos seus trabalhos e para que as suas resoluções se repercutam com êxito na luta do vosso povo pelo progresso social.

É com grande apreço que os comunistas portugueses acompanham a luta do PCD, força imprescindível para a defesa

dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras, para a resolução dos problemas nacionais, para a saída da crise, pela paz e pelo socialismo.

O PCP é solidário com a acção desenvolvida pelo PCD face à política antipovo do governo de direita; na batalha contra o flagelo do desemprego e a inflação, pelas liberdades e direitos dos trabalhadores; contra as tentativas para sujeitar a Dinamarca aos ditames da CEE e da NATO e em defesa da independência nacional; pela unidade de acção de todas as forças interessadas na realização de uma política antimonopolista e empenhadas na luta pela paz, designadamente pela criação de

uma zona desnuclearizada no Norte da Europa.

O vosso Congresso realiza-se num momento em que, no plano internacional, a política de guerra e agressão conduzida pelo imperialismo norte-americano e pelos círculos mais reaccionários da NATO, faz pesar sérias ameaças para a paz, a liberdade e a independência dos povos de numerosos países e regiões do mundo.

O PCP denuncia a carácter e os objectivos agressivos e hegemónicos à escala mundial da política seguida pela administração Reagan. Sublinha que tal política não resulta do fortalecimento do imperialismo, antes é consequência da profunda crise em que se debate

o sistema capitalista e das tentativas para se opor ao avanço das forças do progresso social e do socialismo. Atribui um grande significado ao amplo movimento popular em defesa da paz que se desenvolve na Europa, EUA e outros países, agindo com firmeza em prol do desanuviamento e em particular contra a instalação dos novos mísseis norte-americanos na Europa. Põe em relevo a importância das iniciativas e propostas de paz da URSS e dos países socialistas. Condena firmemente a descarada política de ingerência e agressões do imperialismo no Médio Oriente, na América Central e Caribanas, na África Austral e expressa aos povos em luta pela sua libertação nacional e

sua activa solidariedade.

O PCP considera que as forças do progresso social e amantes da paz são hoje mais numerosas e fortes do que nunca, e que, se unidas, estão em condições de fazer fracassar os planos belicistas do imperialismo norte-americano. Neste sentido, o PCP actua invariavelmente para o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional e para o reforço da amizade e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias da nossa época. A URSS e os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os movimentos de libertação nacional, os países progressistas. (...)

Queridos Camaradas,

Renovamos os nossos votos de melhores sucessos aos trabalhos do vosso 27.º Congresso. Expressamos ao mesmo tempo a nossa vontade de reforçar as relações de amizade e solidariedade entre os nossos dois partidos, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse da unidade do movimento comunista internacional e do fortalecimento da luta pelo progresso social, o socialismo e paz. Viva o 27.º Congresso do Partido Comunista da Dinamarca! Viva a amizade entre os comunistas de Portugal, e da Dinamarca! Viva o internacionalismo proletário!

Nacional

Premiados no concurso Soeiro Pereira Gomes

Foram atribuídos os prémios do concurso «Sоеiro Pereira Gomes», instituído pelos Pioneiros de Portugal e aberto a todas as crianças. O concurso, que decorreu no primeiro trimestre deste ano, previa a participação e avaliação de trabalhos colectivos e individuais.

Reunido em 22 de Abril, o júri decidiu atribuir os 1.º e 2.º prémios para trabalhos de grupo ao Núcleo dos Olivais-Lisboa dos Pioneiros de Portugal, respectivamente pelos trabalhos «Mochos dos Esteiros», em barro, e «Gineito a roubar a Galta», pintura sobre feijões. O 3.º prémio foi atribuído a «Crianças da Minha Terra», reportagem fotográfica elaborada pelo Núcleo de Pioneiros do Funchal.



O 1.º prémio para trabalho de grupo, atribuído ao Núcleo dos Olivais

Como fora anunciado, ao 1.º prémio corresponde a participação numa excursão promovida pela Casa do Pioneiro; ao 2.º, uma máquina fotográfica; ao 3.º, as Obras Completas de Soeiro Pereira Gomes.

Quanto aos trabalhos individuais enviados a concurso: no que respeita ao primeiro escalão etário (6 a 9 anos), o júri decidiu não atribuir o 1.º e o 2.º prémio. O 3.º prémio foi conferido ao trabalho «A Feira» — desenho, colagem e tapeçaria de Helena Cristina, de 8 anos, do Núcleo da Senhora da Hora-Porto. No segundo escalão (10 a 14

anos) só foi atribuído o 2.º prémio: ao poema «A Feira», de Rui Manuel Galveias, aluno do 2.º ano da Escola Preparatória de Almeirim, que enviou o seu trabalho pelo correio. A primeira vai ter como prémio um par de patins e o segundo uma cana de pesca.

Além dos Diplomas de Participação que distinguiram todos os concorrentes, o júri decidiu atribuir ainda as seguintes Menções Honrosas: «Eram assim as crianças dos Esteiros — 40 anos depois», trabalho colectivo do Núcleo dos Olivais; «A Feira», colectivo do Núcleo de Queluz; «As crianças da minha terra» (enviado através do Núcleo da Senhora da Hora) e «Sоеiro Pereira Gomes» (poema enviado pelo correio, do Porto).

Foram atribuídas



menções honrosas pelo seu trabalho de conjunto aos núcleos de Pioneiros dos Olivais e da Brandosa e à Escola Primária n.º 183. Num comunicado em que se dá conta dos resultados do concurso, a Organização dos Pioneiros de Portugal destaca o elevado número de trabalhos recebidos e a participação de muitas crianças não pertencentes à organização, quer através das escolas, quer directamente pelo correio, e manifesta a convicção de que «o incontestável êxito desta iniciativa contribuirá para o desenvolvimento da Organização dos Pioneiros».

O 25 de Abril na Casa do Pioneiro

Cerca de 150 crianças e muitos adultos estiveram na Casa do Pioneiro em Lisboa no sábado e no domingo.

O motivo foi o 6.º aniversário do Núcleo dos Olivais, duplamente de parabéns porque acabam de conquistar o 1.º prémio no concurso «Sоеiro Pereira Gomes». Com a ajuda da Casa do Pioneiro, conseguiram pôr de pé um fim-de-semana de convívio que deixou feliz toda a gente, condimentado com música, canções, filmes, jogos e um lanche farto.

Para além desse convívio e dos encontros que proporcionou entre pioneiros que moram longe uns dos outros, o fim-de-semana assinalou ainda a abertura de duas exposições na Casa do Pioneiro: uma sobre a actividade do núcleo dos

Olivais ao longo destes anos, e uma outra, organizada pela própria Casa do Pioneiro, sobre o 25 de Abril.

Esta segunda exposição, para além de mostrar através de fotografias e trabalhos de crianças o que foi o 25 de Abril e as suas conquistas, pretende trazer também à vida dos Pioneiros a memória do que é preciso não esquecer — o fascismo: «Para que as crianças saibam... O fascismo era...». É a preocupação, permanente na Organização dos Pioneiros de Portugal, «de contribuir para a formação cívica das crianças, transmitindo-lhes os elevados valores da democracia e da paz».

As duas exposições continuarão patentes durante todo o mês de Maio — dias úteis a partir das 18 horas.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 769345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º, 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751

Casa da Voz em Lisboa: Rua do Século, 90 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte, R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 639308

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 145, Piedrúta — 3000 Coimbra Tel. 31286

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63 A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750, Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e Impresso na Heska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Abril: 48 725

PCP

«Pacto social» seria factor de instabilidade

Na sequência da reunião da Comissão Política do CC do PCP, realizou-se na passada terça-feira, no Centro de Trabalho da rua Soeiro Pereira Gomes, uma conferência de imprensa durante a qual o secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, deu a conhecer o resultado da análise feita sobre a actual situação política e a eventualidade da constituição de um governo integrando o PS e o PSD. Na mesa, além de Álvaro Cunhal, estava presente José Casanova, suplente da Comissão Política, e Pina Moura, do CC.

Depois de Álvaro Cunhal ter procedido à leitura da Declaração que junto reproduzimos, várias questões foram colocadas pelos jornalistas presentes. O jornalista da RTP perguntou, em primeiro lugar, porque consideravam os dirigentes do PCP que uma aliança entre o PS e o PSD trair a vontade da maioria do eleitorado. Perguntaria a seguir se, criticando o «pacto social», o PCP se manifestava contrário à ideia de qualquer pacto desse tipo.

— Não negamos — afirmou Álvaro Cunhal — que a formação de um Governo PS/PSD corresponde à vontade dos dirigentes desses dois partidos. O

que contestamos é que os eleitores do PS estivessem convencidos de que ela se concretizasse. O PS deu, na campanha eleitoral, a ideia de que estava a lutar contra a 'AD' e a sua política. O próprio Mota Pinto, também na campanha, estendeu a mão ao CDS, dando a ideia da possibilidade da continuação da 'AD'.

— Quanto ao «pacto social» — afirmou o secretário-geral do PCP —, pensamos que será um grande factor de instabilidade, tentando impor, por métodos antidemocráticos, condições gravosas aos trabalhadores portugueses.

Álvaro Cunhal referiu-se ainda às ameaças que têm sido feitas por dirigentes do PS de, se as direcções do movimento sindical não aceitarem o «pacto», saltarem por cima delas, sublinhando as recentes declarações de Mário Soares na TV, pondo a alternativa: ou a guerra civil ou «pacto social».

Álvaro Cunhal, sublinhando que a oposição a fazer pelo Partido Comunista Português será uma oposição dentro do respeito rigoroso pela Constituição e pela legalidade democrática, afirmou que se tem falado muito do «reforço da autoridade» e nunca do refor-



Pina Moura, Álvaro Cunhal e José Casanova

ço dos direitos dos cidadãos...

Instado ainda sobre a questão do «pacto social», o secretário-geral do PCP lembrou que a expressão, embora muito em moda hoje, é uma velha expressão que tem significado ao longo da história do movimento operário, a conciliação de classes, conciliação

em desfavor dos trabalhadores e em benefício dos capitalistas. Entretanto, recordou que os comunistas estão sempre dispostos a debater com todas as classes e camadas antimonopolistas, uma política democrática que salve o País da crise e que não agrave as condições de vida dos trabalhadores.

O secretário-geral do PCP salientou ainda alguns aspectos menos democráticos nos métodos utilizados pelos dirigentes socialistas para a célebre «consulta às bases», comparando tais métodos com os utilizados abertamente pelo PCP quando debate largamente com os seus militantes as grandes questões nacionais.

Felicitações ao PCP

No Comité Central do PCP foram recebidas, a propósito dos resultados do PCP e da APU, as seguintes mensagens, para além daquelas já transmitidas em edições anteriores:

Do Comité Central do PCUS

para confirmar a nossa solidariedade com os comunistas portugueses na luta pela defesa das conquistas democráticas do país, pela paz e o progresso social.

Do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre

O Comité Central do AKEL apresenta calorosas felicitações pelo vosso sucesso nas recentes eleições parlamentares e faz votos de maiores sucessos.

Do Comité Central do Partido Comunista de Cuba

Recebemos com grande alegria a notícia do êxito alcançado pela Aliança Povo Unido (APU) nas últimas eleições.

Os quarenta e quatro deputados eleitos por essa coligação eleitoral representam o mais genuíno dos ideais que animaram o 25 de Abril e a melhor garantia do reforço das conquistas alcançadas.

Felicitemos o vosso Partido, as forças de esquerda e o povo português por esta vitória e reiteramos os nossos sentimentos de amizade e solidariedade.

Do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro

Em nome de todos os comunistas búlgaros saudamos o mais cordialmente por ocasião dos êxitos atingidos nas últimas eleições para a Assembleia da República.

Aproveitamos a ocasião

Votos dos emigrantes

- A abstenção subiu
- Vitória da APU na Bélgica e Luxemburgo

Contados os votos pela emigração, na passada quinta-feira no Pavilhão dos Desportos, os resultados apurados nos dois círculos eleitorais — Europa e Fora da Europa — não se modificaram no que toca aos deputados eleitos. O PSD conservou os dois deputados que já tinha — um pela Europa e outro no resto do mundo —, o PS obteve um deputado no primeiro dos círculos e o CDS conseguiu a eleição do seu Fora da Europa.

Apesar de se manter, assim, o quadro dos deputados eleitos por essas forças, as modificações registadas em número de votos e em percentagens são significativas. Algo mudou, para positivo e para negativo. Um dos sinais mais negativos dos números apurados é, sem dúvida, a altíssima abstenção verificada, que atingiu na Europa, desta vez, cifra de 52,46 por cento!

Embora o número de inscritos nesse círculo tenha aumentado substancialmente — de 57 341 em 1976 para 74 803 em 1983 — o número de votantes não tem cessado de descer — 51 693 em 1976 para 35 555 em 1983.

A Aliança Povo Unido — em 1976 concorreu apenas o PCP —, é a única força

que tem subido percentualmente e de forma regular: 10% em 76, 13,4% em 79, 15,2% em 80 e 17% este ano. O Partido Socialista, que vinha descendo a sua votação vertiginosamente, subiu nestas eleições, alcançando praticamente a percentagem obtida em 79: 33,57 por cento. A 'AD' — considerando desta vez a soma obtida pelos dois partidos concorrentes, PSD e CDS, perdeu mais de 6 mil votos, baixando a percentagem em relação a 1980 de 49,5 para 42,32. Os outros partidos grupculares, como sempre, obtiveram votações insignificantes, havendo a registar a mais baixa votação de sempre na UDP/PSR, que foi agora de 0,3 por cento.

A Aliança Povo Unido, que já fora primeira força na Bélgica em anteriores eleições, mantém aí o primeiro lugar, conquistando ainda o primeiro lugar no Luxemburgo e significativas subidas em França, nomeadamente na área consular de Versalhes, onde foi também primeira força, com 29,8 por cento dos votos.

Fora da Europa, onde a abstenção também atingiu níveis muito altos — 57,45 por cento tendo a Venezuela batido o recorde da abstenção com 77 por cento! — a APU registou também

uma subida percentual, enquanto a 'AD' perdia mais de 15 mil votos. É no entanto neste círculo que os partidos de direita conseguem as suas mais altas percentagens, mercê de, em muitos países, não haver liberdade de esclarecimento para as forças democráticas. Um caso apenas, a ilustrar: na África do Sul, enquanto a 'AD' obtinha 95 por cento dos votos, o PS conseguiu apenas 1 por cento e a APU 0,4...

A elevada abstenção do eleitorado emigrante, para além de estar ligado ao alheamento dos portugueses emigrados ao país e aos responsáveis pelo Estado que muito se esquecem dos seus problemas, tem revelado também as deficiências inerentes ao próprio processo eleitoral e à forma de votação por correspondência. Registaram-se muitos casos em que emigrantes devidamente inscritos não receberam os seus boletins, havendo que contar muitas vezes dificuldades no encaminhamento pelo Correio. Por outro lado os partidos intervenientes no processo eleitoral não participam no processo de envio e de recepção dos boletins de voto, não podendo exercer, assim, qualquer acção fiscalizadora ou dinamizadora nessa fase.

Análises e previsões que se comprovam

Declaração de Álvaro Cunhal aos jornalistas

1

A Comissão Política do CC do PCP realizou hoje, 10 de Maio, uma reunião dedicada à análise da situação política e particularmente dos problemas relativos à formação do novo Governo.

A Comissão Política verificou que os acontecimentos estão comprovando inteiramente as análises e previsões feitas pelo PCP.

2

A formação de um Governo PS/PSD trair politicamente a vontade política do eleitorado expressa nas eleições de 25 de Abril.

É certo que um tal governo, pelo menos à partida, conta com uma maioria de deputados na Assembleia da República que dá uma base institucional para a sua formação.

É porém indubitável que a maioria esmagadora do eleitorado votou contra a 'AD' e contra a sua política.

O próprio PS conduziu a sua campanha proclamando combater a 'AD'.

A formação pelo PS de uma coligação governamental que mantém no Poder pelo menos o principal partido da 'AD' desrespeita totalmente o sentido do voto das últimas eleições, nomeadamente o sentido do voto no PS.

3

Constitui uma grosseira manipulação da opinião pública a afirmação de que nas eleições de 25 de Abril a maioria votou no chamado «bloco central».

É de lembrar que nem o PS nem o PPD/PSD conduziram a sua campanha na base da constituição de um tal «bloco», ou seja de uma aliança do PS com o PPD/PSD.

É certo que os dirigentes do PS (conforme o PCP insistentemente advertiu) preparavam-se e negociavam já a aliança com o PPD/PSD.

Mas os dirigentes do PS, para enganarem e conservarem os votos do seu próprio eleitorado, insistiram na sua oposição aos partidos da 'AD' e na condenação da sua política.

Não houve pois qualquer votação maioritária no «bloco central», na coligação PS/PPD.

Nesta matéria, é necessário tornar mais rigoroso o vocabulário político nacional.

A constituir-se, um Governo PS/PSD não será nem do centro-esquerda, nem sequer do centro. Será um governo constituído por acordo entre as direcções de um partido democrático e um partido reaccionário para realizarem, na conjuntura actual, uma política de direita.

4

A Comissão Política sublinha uma vez mais que a política que um governo do PS com o PPD/PSD se propõe a realizar significará a continuação no essencial da desastrosa política realizada pelos governos da 'AD' nos últimos anos.

A constituir-se um tal governo, o povo portu-

guês pode estar certo de que não só não serão resolvidos como serão agravados todos os grandes problemas nacionais.

As condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e das mais vastas massas populares e em particular das camadas mais desfavorecidas, continuarão a agravar-se.

Prosseguirão a estagnação da produção industrial e agrícola, a ruína de pequenos e médios agricultores, a falência de pequenas e médias empresas comerciais e industriais.

A situação económica continuará a deteriorar-se.

Os défices das balanças comercial e de pagamentos e o endividamento externo aumentarão ainda mais.

A submissão ao imperialismo continuará a comprometer a independência nacional e a segurança do país.

Um governo PS/PPD é uma falsa solução. Não constitui uma alternativa, mas o prosseguimento da política da 'AD'.

A formar-se tal governo, não serão precisos muitos meses para que sejam uma vez mais inteiramente comprovadas as previsões e advertências do PCP.

A crise económica, social e política não será ultrapassada mas aprofundada.

5

A Comissão Política alerta uma vez mais para a grande operação demagógica que se está preparando em volta do chamado «Pacto Social».

Através de uma mascarada de negociação entre um futuro governo e os chamados «parceiros sociais», o que se pretende é obrigar os trabalhadores a aceitarem pagar (com o agravamento das suas condições de trabalho e de vida) o preço da crise, para que os grandes capitalistas aumentem rapidamente os lucros, apremem os processos de acumulação e da centralização de capitais, e abram caminho à restauração dos monopólios.

O PCP opõe-se firmemente a um tão gigantesco logro que o PS, os partidos reaccionários e o grande patronato (sevindose da UGT) estão preparando.

6

A Comissão Política examinou também certas manobras dos dirigentes do PS para encontrarem uma cobertura aparentemente de esquerda à política de direita que se propõem realizar em aliança com o PSD (e eventualmente também com o CDS).

Entre essas manobras constam as tentativas de captação e comprometimento com um governo PS/PPD (incluindo com a oferta de altos cargos) de diversos democratas.

A Comissão Política alerta contra quaisquer ilusões acerca da possibilidade de impedir uma política de direita de um governo PS/PPD através do comprometimento de verdadeiros democratas com esse governo.

7

A Comissão Política alerta para o carácter profundamente desastoso

bilizador (no plano económico, social, político e mesmo militar) da política de um governo PS/PPD.

Alerta para o significado de ameaças intimidatórias cada vez mais repetidas por parte de dirigentes do PS dirigidas a quem se oponha à sua política.

Essas ameaças indicam propósitos de utilizar medidas antidemocráticas e impõem aos trabalhadores e a todos os democratas a necessidade da firme defesa (através do seu exercício) das liberdades e direitos consagrados na Constituição.

8

A Comissão Política alerta também para certas ideias que começam a ser lançadas por sectores reaccionários acerca de uma nova revisão da Constituição, feita pelo consenso do PS com todas essas forças, com vistas a criar uma nova «legalidade» que dê cobertura a uma ofensiva ainda mais violenta contra as grandes conquistas democráticas da revolução de Abril, designadamente as nacionalizações, a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores.

A luta em defesa da legalidade constitucional volta de novo ao primeiro plano na vida política portuguesa.

9

A Comissão Política sublinha que nem a coligação do PS com o PPD, nem a política que propõem, constituem fatalidade ou acontecimentos inevitáveis.

Os próprios resultados eleitorais, reduzindo o CDS e o PSD a uma minoria, e dando uma maioria numérica de deputados ao PS e ao PCP, mostram a existência de condições institucionais objectivas para afastar de um novo Governo o PPD e o CDS e para constituir um governo democrático.

O PCP já demonstrou também (designadamente no Programa apresentado na campanha eleitoral) que existe uma política capaz de fazer o país sair da crise, assegurando ao mesmo tempo o melhoramento das condições de vida do povo, a defesa das conquistas democráticas e da legalidade democrática, a garantia de independência nacional.

A vida comprovará também, dentro de um prazo curto, que os problemas nacionais não se resolvem sem os trabalhadores e sem o PCP.

10

A Comissão Política confirma que o PCP, na conjuntura actual e no futuro, no rigoroso quadro da legalidade democrática e no uso das liberdades e direitos que a Constituição confere aos partidos e aos cidadãos, se oporá à continuação por um Governo PS/PPD da política de desastre nacional dos Governos da 'AD' e, com os trabalhadores, com todos os verdadeiros democratas e patriotas, continuará lutando por uma verdadeira alternativa política no quadro do respeito e da observância da Constituição da República.

Nacional

38.º aniversário do fim da II Guerra

• Sessão em Lisboa

O 38.º aniversário do fim da II Guerra Mundial foi assinalado em Lisboa numa sessão pública organizada conjuntamente pela União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPCP), Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e Associação Portugal-URSS.

A sessão decorreu no passado dia 9 no Teatro Villaret, com vasta assistência. Além da projecção do filme «Fecho de todo um povo» (com imagens do fim da Guerra), registaram-se as intervenções do Almirante Rosa Coutinho, do Pastor Dimas de Almeida, Urbano Tavares Rodrigues, Luís Amorim e José Maria do Rosário, além dum convidado búlgaro: o vete-

rano do Comité de Resistentes antifascistas da Bulgária, Bonef.

Os participantes nesta iniciativa aprovaram uma moção apelando à participação na Assembleia da Paz a realizar no próximo dia 21 no cinema Europa, em Lisboa.

O significado histórico e as lições da II Guerra Mundial, a unidade na luta contra o nazifascismo e a batalha contemporânea da luta pela Paz mundial contra a corrida aos desarmamentos e pela amizade entre os Povos foram temas desenvolvidos pelos diversos oradores.

Entre a assistência encontravam-se várias personalidades políticas e intelectuais.

Sessão em Almada

A fim de assinalar a passagem do 38.º aniversário da vitória sobre o Nazi-Fascismo, realiza-se hoje na sede do Núcleo de Almada das Associações de Amizade com os países socialistas, às 21 e 30, uma sessão comemorativa, no decorrer da qual será projectado o filme soviético «Fecho de todo um povo».

No mesmo local encontra-se patente, até ao próximo dia 28, uma exposição fotográfica da República Democrática Alemã, sobre o mesmo tema.

À VENDA

revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

preço 30.000

MARÇO 1983

O Marxismo cem anos depois de Marx

IRÃO: O difícil caminho da revolução

NICARÁGUA: As revoluções não se exportam

...os eleitorais

dos, em conjunto pelos dois partidos da «AD» (PSD e CDS);

4.º Obteve resultados significativos em diversos concelhos (Gavião, Monforte, Elvas entre outros) e é novamente a força política mais votada no concelho de Souzel (para além de Avis e Ponte Sor).

Estes resultados são simultaneamente um testemunho da força crescente da APU e particularmente do PCP, e um forte impulso para que seja prosseguida e aumentada a sua determinação na luta por um futuro melhor e mais justo para o nosso povo.

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP não pode deixar de referir que se confirmam, no essencial, previsões e apreensões constantemente afirmadas pela APU no decorrer da campanha eleitoral.

1.º A nível nacional o PS não alcançou e ficou longe da maioria absoluta. No distrito não conseguiu e faltaram-lhe muitos votos para o 3.º deputado.

2.º O PS insiste em formar governo com o principal partido da «AD» apesar de a

direita ter sido fortemente derrotada.

A APU falou verdade quando alertou para tais situações e os perigos que elas encerravam. Não o fez como hoje se demonstra, por mera intenção de atacar o PS (como os dirigentes deste partido afirmaram e afirmam) mas tão-só por se tratar de evidências indiscutíveis. É agora no entanto mais fácil distinguir entre os que falaram e falam verdade e os que procedem de forma diferente.

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP declara o seu total desacordo para com a pretensa análise que o PS faz dos resultados eleitorais no distrito, tornando-a pública através de comunicado da Federação Distrital de Portalegre em 26.4.83.

O PS ao mostrar-se satisfeito com a eleição de 2 deputados — o que por si só seria legítimo — e ao apontar a APU como uma das forças políticas derrotadas no distrito não só tenta esconder a sua incapacidade para recuperar os votos que vem perdendo desde 1975 e os deputados que elegeram em 1975 e 1976, como pretende ocultar a subida da APU e o significado que ela encerra. Na verdade o PS, que em 1975 e 1976 conseguiu eleger 3

deputados, obteve então e respectivamente 53 353 e 40 807 votos e agora não foi além de cerca de 36 mil votos. Isto é: não só não recuperou os deputados que então elegeu como ficou a 5 mil votos dos resultados de 1976 e a 17 mil votos dos de 1975. Em contrapartida a APU que nos mesmos anos obteve, respectivamente 17 852 e 21 135 votos, obteve agora cerca de 26 mil votos.

Como pode então falar-se em derrota da APU?

O PS ao tentar transformar a APU numa força derrotada mais não pretende afinal que tentar encontrar uma justificação para a sua inqualificável política de aliança com um dos partidos da AD — os únicos verdadeiros derrotados no distrito e no País. E, porém, uma artimanha demasiado grosseira.

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP afirma ao povo do distrito a sua determinação em lutar na Assembleia da República e fora dela pelo cumprimento dos seus manifestos eleitorais. Os resultados eleitorais demonstraram a razão que assiste aos comunistas e seus aliados para prosseguirem na luta por um distrito mais próspero e pelo bem-estar das suas populações.

meira vez foi mais elevado o número de cidadãos que preferiram não votar do que aquele que votou no PSD.

Naquela breve comunicação, a Comissão Executiva da DORAA sublinhou o facto de ter sido a Região Autónoma dos Açores o círculo eleitoral onde o PS menos subiu, tendo mesmo ficado muito longe da massa de votos que já obteve noutras eleições. Foi sublinhado que se vier a verificar uma eventual aliança PS-PSD a nível nacional, a direcção regional do PS ficará de mãos amarradas pelo Governo de Mota Amaral.

No que toca à votação da APU, a Comissão Executiva da DORAA afirma que "após a subida eleitoral de

1979, a APU tem mantido uma posição eleitoral estável, embora ainda baixa, o que mostra a firmeza de um eleitorado mesmo sendo permanentemente atingido por uma persistente e caluniosa campanha de mistificação ideológica".

A Comissão Executiva da DORAA sublinha que, dado o aumento de influência social do PCP e dos seus aliados na região e que tendo em conta, também, o alargamento das fileiras do Partido no arquipélago, se estão a criar as necessárias condições para, ultrapassando mesmo a permanente pressão reaccionária, se vir a verificar, numa próxima oportunidade, um novo aumento eleitoral significativo.

Foi feito um firme apelo à

intensificação da actividade da oposição democrática regional, visando transformar a actual grande massa de abstencionistas em força oposicionista actuante.

A Comissão Executiva da DORAA resolveu dar a maior atenção à revisão da Lei Eleitoral Regional e à revisão do Estatuto da Autonomia e planificar um conjunto de acções visando a preparação das próximas eleições regionais de 1984.

O incremento da actividade em diversas frentes de trabalho e o reforço do trabalho interno foram outros pontos que mereceram a atenção da C. Executiva da DORAA. Finalmente, foi convocada para o próximo dia 12 de Junho uma reunião plenária da DORAA.

Organização

Autónoma da MADEIRA

geral e os interesses do País. O povo português criou condições para a formação de um governo que levante Portugal da crise e crie melhores condições de vida ao nosso povo.

Tal como o PCP e a APU afirmaram, o PS não obteve a maioria absoluta.

O PS afirmou variadíssimas vezes que se não tivesse a maioria absoluta faria coligação com outros partidos.

O PCP espera que o PS respeite a vontade do povo português que claramente votou contra a direita e os partidos que a representam — o PPD e o CDS.

Os resultados obtidos pela APU constituem um

importante avanço pois não só deram à APU o aumento do número de votos, percentagem e deputados, como colocaram a APU em terceiro lugar político, relegando o CDS para 4.º lugar.

Também na Região, à semelhança do que já tinha acontecido nas eleições autárquicas, o PPD/PSD sofre mais uma pesada e significativa derrota.

Esta derrota reflecte o descontentamento do povo madeirense à política do Governo Regional que tem agravado a vida da população e colocado a Região com uma enorme dívida externa.

O PSD valeu-se de todos

os meios para fazer demagogia. Nesta campanha eleitoral apenas este partido, através do Governo Regional, teve acesso aos órgãos de informação social. O Presidente do Governo Regional e dirigente do PSD, quando regressou da sua visita à Austrália, não poupou esforços e diariamente fez inaugurações a que particularmente a RTP, solicita, fez toda a cobertura.

Esta falta de escrúpulos do PSD não lhes serviu nem evitou a sua queda.

A UDP acentuou a sua degradação, o que o PCP considera natural pois a UDP não corresponde a nada de honesto e consequente.

O PS, com a sua política demagógica e a falsa ideia do voto útil, conseguiu atrair uma certa margem de voto de esquerda.

A confusão que os grupos esquerdistas causaram prejudicaram também a votação na APU.

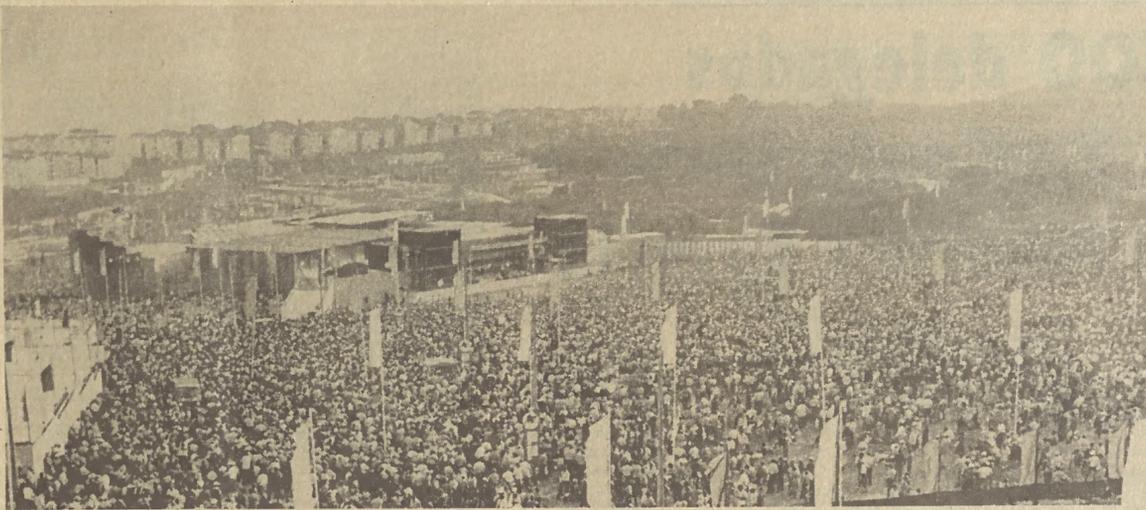
Apesar de tudo, os resultados alcançados pela Aliança Povo Unido na Região, embora não correspondendo à sua influência política, são positivos e possibilitam lançarmo-nos com mais força em próximas batalhas que se avizinham.

Neste balanço, o PCP não pode deixar de denunciar as graves irregularidades ocorridas durante o acto eleitoral.

Além dos já conhecidos caciques do PPD que sem pejo votam por dezenas de eleitores, destaca-se como muito grave e atentatório da liberdade democrática o que aconteceu em Machico e foi pela APU reclamado à CNE.

Em Machico as mesas foram ilegalmente formadas e os cadernos eleitorais não eram os actualizados, tendo até já sido utilizados em eleições anteriores, pelo que estavam já descaracterizados.

A APU irá recorrer judicialmente dessas ilegalidades.



Festa do «Avante!» - 8.ª edição - de novo no Alto da Ajuda

Como todos os anos. Como manda, já, a tradição. A Festa do «Avante!» vem aí. O Alto da Ajuda — outra vez — vai encher-se de novo com centenas de milhares de pessoas num fraternal convívio em que a política, a cultura e a festa propriamente dita se dão as mãos. Este ano calha nos dias 9, 10 e 11 de Setembro.

O esquema será o mesmo. E será, de novo, diferente. Porque a imaginação não pára, porque se aprende de ano para ano, porque o mundo muda e Portugal também, e a Festa do «Avante!» reflecte ambos.

Na cidade Internacional, as novas vitórias alcançadas, as novas lutas em que os povos se empenham para se libertarem. Em Portugal, as organizações do Partido, com experiência enriquecida por um ano repleto de acontecimentos e de vitórias, trarão à Festa o panorama do país no que ele tem de mais vivo e significativo.

A Festa do «Avante!» será, assim, o gigantesco «mapa» de Portugal — Norte a Sul, continente e ilhas estarão presentes. Com as exposições políticas, traçando o que de novo se passou entretanto na vida económica e social de cada retalho do território. Com o artesanato que leva ao visitante a imagem diversificada e rica de cada distrito e concelho, mostando a todos as raízes culturais do povo. Com os stands de petiscos, o sabor das regiões. Com os grupos folclóricos e os ranchos, o canto e a música, o ritmo e a dança em que a tradição popular revive, permanece e se renova. E depois as grandes iniciativas da Festa. Os espectáculos, que são

ainda a grande surpresa a desvendar, artista a artista, grupo a grupo, pelas semanas que faltam. Neste momento apenas podemos afirmar — como sempre de resto — que este ano ainda vai ser melhor. Que os artistas notabilizados por esse mundo, alguns deles, vão estar conosco na Ajuda. Que do País, os nossos melhores artistas não deixarão de conosco conviver em momentos altos desta oitava edição da Festa do «Avante!».

Iniciativa central da Festa será ainda a Bienal de Artes Plásticas, também com tradições. Recordemos que a primeira bienal se realizou em 1977, no Jamar e que muitas dezenas de artistas portugueses estiveram representados nela, assim como nas edições seguintes, em 1979 e 1981, já no Alto da Ajuda. Passados seiscentos anos sobre a Revolução de 1383, o acontecimento, de profunda repercussão nacional, será também recordado na Festa com uma exposição especial. Marco da luta popular pela independência nacional, revolução que alterou o quadro social feudal então existente, teria de merecer uma iniciativa condigna na grande festa popular que é a de Setembro.

O nome, a personalidade, os ensinamentos e as

descobertas de Karl Marx, o inspirador das lutas revolucionárias dos nossos tempos, também não poderia deixar de ser condignamente recordado e celebrado na festa dos comunistas portugueses, passados que são cem anos sobre a morte do fundador do comunismo científico.

A Festa começa já a mobilizar os comunistas, por todo o País. Os dias 9, 10 e 11 de Setembro, afinal, serão o culminar de milhares de iniciativas que os membros do Partido Comunista Português já organizam e vão promover, juntamente com muitos outros trabalhadores e democratas que nelas já costumam participar e com outros mais que pela primeira vez, ganhos pelo entusiasmo contagiante da preparação da Festa, vão juntar aos nossos os seus esforços.

Uma das iniciativas que mais atrai a participação, sobretudo dos jovens, é o desporto. E neste campo, a par da actividade propriamente desportiva que de novo mobilizará muito milhares de camaradas e amigos, há um sem número de iniciativas a tomar no campo da organização. Jogos e competições das mais variadas começarão a desenrolar-se pelo país.

Colectividades, clubes e grupos encontrar-se-ão empenhados, também, na promoção do desporto na Festa. Isto para além das espectaculares exposições que se preparam, certamente, neste campo. Portanto, como todos esperamos e preparamos, uma grande Festa. Nos próximos dias, inicia-se a campanha que lhe vai dar a base essencial. A venda da EP. A Entrada Permanente, que este ano vai custar a módica quantia de 250 escudos — inflação a quanto obrigas! — começará a ser distribuída pelas organizações do Partido que deverão preparar seriamente a sua promoção.

Embora toda a gente saiba, não é de mais repetir que a compra da Entrada Permanente contribui fortemente para que a Festa se torne uma realidade. A compra de materiais, cada vez mais caros, necessários ao erguer da Festa, não se faz com feijões. Por outro lado também não é de mais sublinhar as vantagens que o comprador da EP retira da posse da mesma: espectáculos todos os dias, entrada sem mais despesas no recinto da Festa sempre que queira, sem ser obrigado a comprar o bilhete a cada vez que entra.



Jornada de trabalho sábado e domingo

Alto da Ajuda

Uma Festa, mesmo que não fosse a grande festa popular dos trabalhadores, não se faz sem trabalho. A Festa do «Avante!», uma festa verdadeiramente nacional pelas suas características, pelo âmbito e profundidade das iniciativas que leva a cabo, trazendo «ao de cima» o país verdadeiro, trazendo ao palco a arte verdadeira, levando ao conhecimento de um vastíssimo público o mundo inteiro e o país de Abril, muito mais exige que a preparação de um petisco ou de um pé de dança. São milhares os camaradas e os amigos que todos os anos dedicam muitas horas das suas preocupações e do seu

labor ao erguer da Festa no Alto da Ajuda. E cada um contribui como pode — mas sempre com entusiasmo — para que nos dias aprazados tenhamos tudo montado. É um trabalho de gigante. Mas não mete medo a ninguém, muito menos aos comunistas, habituados ao trabalho, à imaginação, ao esforço, ao empenhamento criador.

No próximo fim-de-semana — 14 e 15 de Maio — é já a primeira jornada de trabalho no Alto da Ajuda. Como todos os anos, é preciso afeiçoar o terreno, liberto durante o Inverno das estruturas essenciais da Festa, ao novo traçado da nova Festa que vai renascer.

Em trabalho, as necessidades são muitas e variadas. E, a par do trabalho especializado que é exigido pelas tarefas a concretizar, muito há a fazer que qualquer um é capaz. Se é necessária a perícia e a arte dos carpinteiros e dos electricistas, se é fundamental a participação dos montadores de andaimes — muitos vão lá estar no próximo fim-de-semana, como esperamos e aqui deixamos esse apelo —, se começa a ser precisa a colaboração de pintores, milhentas tarefas há que só esperam mãos que as façam não exigindo arte especial. São aquelas ajudas que já conhecemos doutros anos. Quem estiver treinado com a

caneta ou as caçarolas, pode muito bem acatar umas tábuas, cavar uma vala, esticar um fio que no terreno desenhará os contornos de um pavilhão. Portanto, vamos a isso, mãos à obra! Não faltam os aliciantes momentos de convívio num trabalho cujos resultados imaginamos — a grande Festa, quando acender as suas luzes, diz-nos mais respeito se lá «investirmos» um pouco do nosso esforço. Por isso se começam a organizar excursões — já para este fim-de-semana que se aproxima — e a pensar no farnel. O entusiasmo nem é preciso pensar nele. Aparece.



defendemos a plena concretização da autonomia regional prevista na do Povo Unido na campanha eleitoral da APU, na cidade do a eleição de cerca de 1500 pessoas, registou ainda as intervenções de o CC do PCP. Presidiu a camarada Ana Nunes. Além do concílio, o Autónoma da Madeira, esteve num convívio realizado no Centro de a MDP, independentes e socialistas. Nas fotos: imagens da chegada

Terra

2500 delegados na 7.ª Conferência da Reforma Agrária

Subordinada ao lema «Repór a Legalidade Democrática, Aumentar a Produção», efectua-se nos dias 23 e 24 de Julho, em Évora, nos pavilhões do Rossio de S. Brás, a 7.ª Conferência da Reforma Agrária.

Nos trabalhos participaram cerca de 2500 delegados em representação das UCP's/Cooperativas, do sector agrícola privado, agricultores e técnicos e mais de 500 convidados, nacionais e estrangeiros.

Segundo os seus promotores, a 7.ª Conferência realiza-se este ano em «novas e mais favoráveis condições políticas resultantes da luta do povo português e da pesada derrota das forças reaccionárias, nas eleições do 25 de Abril».

Na sequência de uma luta «firme e patriótica, que dura há sete anos, que permitiu defender uma parte considerável da Reforma Agrária» entende a Comissão Organizadora da 7.ª

Conferência que no momento actual os trabalhadores e agricultores do Sul deverão debater as medidas necessárias para alcançar os seguintes objectivos: reposição da legalidade democrática devolvendo às UCP's/Cooperativas as terras e meios de produção que inconstitucionalmente e pela aplicação da lei Barreto lhes foram usurpados; aplicação dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo; aumento de produção e da produtividade, criação de novos postos de trabalho e combate ao desemprego; melhoria das condições salariais, reformas e regalias dos trabalhadores da agricultura, designadamente dos agricultores; combate às terras abandonadas e subaproveitadas; aproveitamento das águas; revogação da lei da cortiça e da lei Barreto e elaboração de novos projectos de lei para a cortiça e para a Reforma Agrária;

aplicação da Constituição que determina a expropriação do latifúndio e a entrega da terra aos trabalhadores agrícolas e agricultores. Na opinião dos subscritores do documento onde se dá conta desta importante iniciativa da Reforma Agrária, a nova situação resultante das eleições em que o povo votou por uma mudança democrática, «criou melhores condições para o prosseguimento do trabalho e da luta em defesa das UCP's/Cooperativas, pela reposição da legalidade democrática, contra o desemprego, por melhores condições de vida, pelo aumento da produção e da produtividade».

Neste contexto, afirma a Comissão Organizadora, «só um governo democrático sem o CDS e o PSD, apoiado pelas organizações democráticas, que tenha em conta os interesses dos trabalhadores, poderá contar com o nosso apoio e es-



A 23 e 24 de Julho em Évora: 7.ª Conferência da Reforma Agrária, sob o lema «Repór a Legalidade Democrática, Aumentar a Produção».

tará em condições de tirar o País da crise».

No âmbito dos trabalhos preparatórios estão já a ser realizadas reuniões para

analisar a situação presente, estudar as propostas a levar à Conferência e eleger os delegados à 7.ª Conferência.

Exigida a revogação da «lei roubo da cortiça»

A revogação imediata do Decreto-Lei 189-C/81, mais conhecido pela «lei roubo da cortiça», constituiu a principal reclamação do Encontro Corticeiro realizado no último fim-de-semana na Câmara Municipal de Setúbal.

Contando com cerca de 200 participantes, entre trabalhadores das UCP's/Cooperativas, da indústria corticeira e alguns industriais, o Encontro considerou que caso o referido decreto não seja revogado permitindo a livre extracção e comercialização da cortiça, os traba-

lhadores da Reforma Agrária estarão dispostos a não extrair a cortiça, muita dela com 10, 11 e 12 anos na árvore cuja sobra para o corrente ano se calcula em três milhões de arrobas.

Esta reclamação resulta do facto de, segundo a legislação em vigor, os trabalhadores das UCP's/Cooperativas serem obrigados a conservar os montados de sobre e a extrair e empilhar a cortiça, mediante uma retribuição (100\$00 por arbo, na maioria dos casos) que os serviços do MACP pagam após a venda da cortiça em concurso públi-

co. Ora acontece que não só este valor pago pelo Ministério é muito baixo em relação aos custos, como em muitos casos não chega a pagar nada, usurpando assim não apenas a cortiça como o próprio trabalho dos cooperantes das unidades de produção.

Os participantes no Encontro denunciaram também nas suas intervenções o esquema de comercialização da cortiça determinado pela lei, por, no seu entender, permitir e incentivar a corrupção. Vários trabalhadores referiram claramente

a corrupção que atinge funcionários do MACP e da própria GNR — responsáveis pela fiscalização do trânsito da cortiça.

Outro aspecto negativo da actual legislação, para o qual os participantes chamaram a atenção, são as distorções de que só beneficiam, no máximo, meia dúzia de grandes industriais do Norte do País, enquanto os pequenos e médios industriais se debatem com enormes dificuldades no abastecimento de matéria-prima. Desta situação resultam a falência de empre-

sas corticeiras e o desemprego entre os trabalhadores da indústria.

Como foi salientado no Encontro de Setúbal, «esta lei da cortiça é tão má e tão desrespeitadora dos interesses de todos os intervenientes no sector que conseguiu pôr de acordo pessoas que têm interesses contraditórios e até antagónicos. Trabalhadores e empresários estão efectivamente de acordo quanto à necessidade da sua revogação, que não serve nem uns nem outros, nem a economia nacional».

Poder local

População de Matosinhos contra aumentos da luz

Milhares de munícipes matosinhenses deslocaram-se no passado dia 6 à Câmara protestando contra os brutais e insuportáveis aumentos da tarifa da luz e exigindo a revisão da decisão de integração dos Serviços Municipalizados de Electricidade na EDP, sem condições, sem que os interesses do povo fossem acatados.

As consequências estão à vista... e hoje aos consumidores depara-se-lhes situações verdadeiramente angustiantes: pequenos comerciantes que não apuram para pagar a energia, colectividades que se vêem privadas de prosseguirem as suas actividades, população que não tem disponi-

dente da Câmara e os seus homens de mão, entre os quais o presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Soares Oliveira, requisitam a polícia, evacuam a sala de sessões, insultam a população, destilam ódio contra quem não tem dinheiro para pagar, e fazem rejeitar a proposta que a APU apresentou no período de antes da ordem do dia no sentido de que a Câmara revise a decisão de integração dos Serviços Municipalizados de Electricidade na EDP. O presidente da Câmara de Matosinhos, Narciso Miranda, diz que a decisão sobre as tarifas é do Governo. Esconde contudo que tal decisão tem todo o seu acordo e a

dos de Valongo, Gondomar e Póvoa, onde os aumentos foram suspensos.

A revogação da integração dos Serviços Municipais de Electricidade da EDP é possível. A revogação dos aumentos é possível. Assim o presidente da Câmara o queira.

Mas o presidente da Câmara de Matosinhos não quer. Tanto lhe faz que o povo tenha ou não dinheiro para pagar. Os seus interesses pessoais sobrepõem-se aos interesses colectivos. Ao mesmo tempo que impede a entrada na sala de sessões dos munícipes, faz entrar pela porta das traseiras do edifício os seus capangas, serve-se dos «lambe botas», maneja as marionetas, como é o caso do presidente da Assembleia Municipal, chama a polícia, instiga à carga policial sobre os munícipes (que só não se concretizou porque o corpo de polícia destacado para o local compreendeu a angústia dos presentes, serenando os ânimos através da palavra, negando a violência que estava subjacente ao pedido dos presidentes da Câmara e Assembleia Municipal).

A APU tem sido, ao longo deste processo, a única força que, de forma clara e inequívoca, se vem opondo aos aumentos das tarifas e que foi contra a integração sem condições dos Serviços Municipais de Electricidade na EDP, cujas consequências, tal como então se previu e previniu, se mostram tão gravosas das condições de vida do povo do concelho de Matosinhos.

A APU manifesta todo o seu apoio ao justo protesto popular e reafirma a sua disposição de se manter firme na luta por uma tarifa especial para Matosinhos e todo o Grande Porto.

A milhares de consumidores de Matosinhos, que protestavam nos Paços do Concelho contra aumentos incompensáveis da energia eléctrica, o presidente da Câmara respondeu com insultos, capangas e a tentativa de atirar contra o povo a polícia que requisitou. Neste comunicado, a APU, de Matosinhos, denuncia-o e à política de gestão municipal contra os munícipes que tem perseguido, e reafirma a sua posição de sempre: lutamos e lutaremos por uma tarifa especial para todo o Grande Porto.

bilidades para pagar tão elevadas contas de energia. Foram centenas os recibos exibidos em pleno pátio dos Paços do Concelho, cujos valores atingiam seis, vinte, quarenta, cento e cinquenta e até duzentos contos.

Perante esta situação seria de esperar que o presidente da Câmara, Narciso Miranda, assumisse a atitude de ouvir os munícipes, considerar as suas razões e, naturalmente, diligenciasse no sentido da suspensão das tarifas como se tem feito noutras Câmaras.

O que se passou foi bem diferente. Em resposta à angústia popular, o presi-

dentado a sua esforçada colaboração. E mais: quanto à integração dos Serviços Municipalizados na EDP, feita sem prévia salvaguarda dos interesses dos munícipes, foi Narciso Miranda quem tomou a iniciativa e a fez aprovar, facto que a APU denunciou na altura pelas ilegalidades de que se revestiu.

Diz que não há nada a fazer, sacode a água do capote. Só que, noutras câmaras do Grande Porto, onde ao longo de anos foram oficialmente incentivados os consumos de electricidade, não se aplica a tarifa governamental. É o caso do Porto (paga-se 1\$10/Kwh) ou então os ca-

Crestuma votou Manobras caíram por terra

Cairam por terra todas as manobras levadas a cabo pelos órgãos responsáveis, nomeadamente pelo governador civil Rocha Pinto, no sentido de manter e agudizar os conflitos entre Crestuma e Lever.

Apesar dessas manobras, que tornaram possível e fomentaram os sucessivos boicotes às eleições, o povo de Crestuma votou na passada segunda-feira.

Os graves incidentes com forças da GNR que chegaram a provocar 12 feridos, a violência constante em Crestuma e Lever poderiam ter sido evita-

realização de eleições em Crestuma significava manter o Governo PSD/CDS e manter o governador civil do Porto, que chegou a admitir novas eleições em todo o círculo. A não realização de eleições em Crestuma teria como consequências a não publicação dos resultados eleitorais, o adiamento da nomeação do novo Primeiro-Ministro.

O povo de Crestuma votou e caiu por terra a manobra que as forças reaccionárias interessadas em prolongar-se no Poder tinham configurado.

Os resultados

Uma taxa de abstenção de 13,79% indicia a elevada participação da população de Crestuma no acto eleitoral da passada segunda-feira. São os se-

guintes os votos obtidos pelos quatro principais partidos: PS, 899; PSD, 382; CDS, 169; APU, 162. A soma dos votos obtidos pelos partidos da ex-AD (com o PPM, que agora teve 6 votos) corresponde a uma quebra de 224 em relação às eleições para a AR em 1980 — quase tanto quanto o PS subiu agora (mais 210 votos). A APU, subindo 26 votos em relação a 1980, teve ali a sua maior votação de sempre para a Assembleia da República.

Com estes resultados, o PS elegeu mais um deputado pelo círculo do Porto, e a constituição final do Parlamento, tendo já em conta os deputados eleitos pela emigração, é a seguinte: PS, 101 deputados; PSD, 75 deputados; APU, 44 deputados; CDS, 30 deputados.

Cultura na agenda

• Almada, uma gaivota no vento

A Oficina da Cultura não é uma vulgar sala de exposições nem uma casa de espectáculos — mas lá pode acontecer tudo isso. «É um local onde se faz arte e ideias de mangas arregaçadas... Isto di-lo a CM de Almada da sua própria Oficina, a abrir caminho e a abrir-nos os olhos para o que por lá se faz nestes dias — muita coisa a que chamamos «Almada, uma gaivota no vento», conforme lhe quis dar nome uma menina de 9 anos.

São os «Cinquenta anos de poesia portuguesa» todos os sábados deste mês de Maio às nove e meia da noite. É uma (preciosa) exposição de Arte Portuguesa Contemporânea — originais de gente grãda da nobre pintura como Almada, Abel Manta, Botelho, Dourado, Jorge Barradas, José Escada, Vieira da Silva, Cargaleiro, Hogan, Rogério Ribeiro, Pomar, Hilário e Gil Teixeira Lopes, Nadir Afonso e muitos outros que só por falta de espaço se omitem. É ainda a exposição de Banda Desenhada Portuguesa, a sua história documentada, as raridades bibliográficas, os originais. É o lançamento de livros e discos, com os escritores, os músicos e cantores que os criaram. É «Almada antiga e moderna» em exposição — o riquíssimo arquivo do escritor Romeu Correia.

É também o Espaço de Criação Contínua — «espaço de convívio, oficina de arte e

espectáculo de criação imediata». Artistas da palavra, sons, da forma, do traço e da cor estão lá para criar com quem queira participar as novas imagens desta Gaivota no Vento, que pode ser o mote, mas não obrigatório.

Começou em 22 de Abril. É até 29 de Maio. Até lá — e de certo para continuar depois em novas aventuras — vale bem a pena fazer um grupo, encher um carro, entrar no autocarro ou (ainda melhor) no cacifeiro, ir sozinho se for esse o remédio ou a escolha (amigos há lá com certeza) — mas ir até Almada, que como se vê também nisto já não é simplesmente «a outra banda»...

• Ir mais longe no desporto

Na CM de Vila Franca do Xira e nas Juntas do concelho estão neste momento abertas as inscrições para os III Jogos Juvenis: até 31 de Maio, para os torneios de andebol, futebol feminino e futebol infantil; até 6 de Julho para o de ténis de mesa, e até 14 do mesmo mês para as provas de atletismo e natação. Neles podem participar todos os residentes no concelho.

Mas não se trata simplesmente de ir repetindo assim um trabalho de animação desportiva já promovido em anos anteriores. Vai dar-se um novo passo, já no próximo sábado. O sector Juventude e Desporto do Departamento Cultural da Câmara organiza, com o concurso de técnicos especialistas destacados pela Associação de Atletismo de Lisboa, um coló-

quio sobre Marcha Atlética, dirigido prioritariamente aos técnicos de atletismo, animadores desportivos, professores primários e de educação física e a todos os que se empenham não apenas na prática mas na formação de praticantes. Uma breve história da Marcha Atlética, a organização de competições, a iniciação, a técnica do treino e da competição e a Marcha Atlética como forma de manutenção serão temas do colóquio, apoiado na projecção de filmes.

• Um milhar de músicos nas ruas de Palmela

Em Palmela, a CM com a colaboração das Juntas e das colectividades, promove desde o próximo domingo até 19 de Junho o 5.º Encontro Distrital das Bandas Filarmónicas. Vão participar vinte bandas e mais de um milhar de músicos, com iniciativas descentralizadas que incluirão concertos, quer nas salas das colectividades, quer ao ar livre, na Quinta do Anjo, Cabanas, Bairro Alentejano, Pinhal Novo, Rio Frio, Águas de Moura e Palmela.

No concerto de encerramento, a realizar no salão dos Bombeiros Voluntários de Palmela, actuarão as quatro bandas do concelho — «Os Loureiros», da Quinta do Anjo, a Humanitária de Rio Frio, a banda da Sociedade Instrução Musical de Pinhal Novo e a da SFUA — Sociedade Filarmónica União Agrícola do Bairro Alentejano.

Nacional

III Conferência Nacional dos Reformados

• As reivindicações imediatas do MURPI

Como já fora noticiado, a III Conferência Nacional dos Reformados realiza-se no próximo dia 21, a partir das 9 horas, no Pavilhão Gimnodesportivo de Sacavém.

Em conferência de imprensa na passada terça-feira, a Coordenadora Nacional do MURPI, que mais uma vez tomou a seu cargo a organização da conferência, fez notar o grande interesse e os apoios que a sua realização está a despertar, «não apenas entre os reformados, mas mesmo entre a população nas zonas rurais, entre as organizações de trabalhadores e — aspecto que sublinha — em muitíssimas autarquias», cujos eleitos jamais perdem de vista os interesses das populações que servem, em particular os das camadas como mais difíceis condições de vida. Neste momento estão já inscritas na Conferência 290 organizações de reformados, totalizando cerca de 600 delegados, e espera o MURPI que muitas outras adesões e participações se manifestarão, pese embora as difíceis condições de vida da generalidade dos reformados e em especial o elevado custo dos transportes.

A Conferência deve centrar-se em duas questões, apontadas em dois documentos principais, nascidos da preparação em curso e do debate que no dia 21 se fará: por um lado o Caderno Reivindicativo dos reformados, de que desde já o MURPI anuncia as dez alíneas prioritárias, a adoptar imediatamente como objectivos de luta, e por outro o Programa de Acção.

Este Programa de Acção, de momento ainda projecto, tem sobretudo em vista, declara o MURPI, «a expansão e o reforço da organização a todos os níveis, como acção essencial para esclarecer e fomentar o sentido associativista dos reformados, para combater a marginalização, a angústia, mesmo o isolamento a que são forçados muitos idosos — pela política de governantes e outros responsáveis desumanizados; por uma sociedade individualis-

ta desconhecadora dos problemas do envelhecimento e esquecida de que também envelhecerá um dia; mesmo por muitos familiares».

Com coragem e lucidez, os reformados do MURPI, pondo a nu a sua condição e as suas dificuldades, desvendaram ali com simplicidade os laços de solidariedade que a todos nos ligam — «solidariedade incluída porque objectiva», a sobrepôr-se à própria solidariedade social e moral que todos lhes devemos, como construtores da vida que já foram... e vivos que continuam a estar.

Mais do que para os reformados, falaram para todos nós.

É que — disseram-no na conferência de imprensa — «os reformados lutam essencialmente por um futuro que não é o seu, pois o futuro dos idosos é bem curto...»

Consideração e respeito

Justificando a parte do Caderno Reivindicativo apresentada, os representantes do MURPI afirmam que ele reflecte «um sentimento social e um sentido das realidades» que parte sem dúvida do conhecimento (sofrido na própria pele) do que é «a degradada situação económica, social, sanitária e habitacional de tão esquecido e sacrificado estrato social» mas que não esquece «as reais capacidades nacionais, considera os direitos humanos, os direitos constitucionais e os direitos do trabalho social produzido durante uma vida». Lembrando a legislação internacional e protecção aos reformados e idosos, e os compromissos nessa matéria já assumidos pelo Governo português, o MURPI «repudia a vergonhosa política de redistribuição do rendimento nacional que desde 1976 privilegia os grupos capitalistas e reduz a parte que cabe aos rendimentos do trabalho, incluindo as pensões, de modo a tornar ainda mais graves e escandalosas as desigualdades que ferem a sociedade portuguesa».

Pedem, em suma, os reformados, «mais consideração e respeito... Socorrem-se, para fundamentar a justeza das suas reivindicações, dos terribles números de um inquérito a que procedem (e a que outro local fazemos referência) sobre as condições de vida dos reformados e outros pensionistas em Portugal.

E, mais uma vez, responsabilizam por elas os sucessivos governos de direita, e exigem

ao futuro governo que não reincida.

Nomeadamente, «o MURPI considera indispensável a existência de um sistema de prestações não contributivas, exige a melhoria do montante das prestações sociais e a melhoria das prestações dos regimes especiais. Todavia, considera que os encargos com essas prestações e com a acção social competem ao Estado, portanto dependem do OGE — dependem da solidariedade nacional e não apenas da solidariedade dos trabalhadores abrangidos pela Previdência».

As dez reivindicações prioritárias

1. Imediata contenção do custo de vida.
2. Valor da pensão mínima do regime geral, das pensões de invalidez e de velhice do regime rural e da pensão social igual a, pelo menos, 65%, respectivamente, do salário mínimo nacional, do salário mínimo dos trabalhadores rurais e do salário mínimo dos serviços domésticos e, simultaneamente, indexação ao custo de vida e ao nível dos salários, de todas as pensões, dos complementos, dos subsídios e de outras prestações, bem como dos limites condicionantes do direito a prestações e benefícios sociais.
3. Revogação do Decreto-Lei n.º 463-A/82 de 30 de Novembro e pagamento imediato do montante do subsídio de Natal em dívida relativamente ao ano de 1982.
4. Que o complemento por cônjuge a cargo seja igual a

dez por cento do salário mínimo nacional e dos salários mínimos dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores dos serviços domésticos, relativamente às pensões dos regimes geral, rural e social e que o complemento de pensão de grande invalidez, em cada regime, seja igual a cinquenta por cento do salário mínimo dos trabalhadores dos serviços domésticos.

5. Que o Estado assumia o encargo de todas as prestações não contributivas, dos défices dos regimes especiais da Previdência e os encargos com a acção social e subsídio a segurança social na medida necessária.

6. Actualização imediata de todas as pensões de acidentes de trabalho e de doenças profissionais e a extensão do Decreto n.º 97/80 às pensões da responsabilidade de companhia de seguros.

7. Criação de um Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito, imediata gratuidade dos medicamentos e extinção das taxas sobre consultas e exames auxiliares de diagnóstico e tratamentos.

8. Desconto de cinquenta por cento nos bilhetes de todos os transportes colectivos a favor dos reformados e pensionistas.

9. Extinção de quaisquer formas de marginalização e direito a participação directa dos reformados no estudo, na orientação e na gestão de tudo que lhes diga respeito, inclusive a participação de representantes seus na gestão das instituições de segurança social e de instituições sociais.

10. Qualificação do MURPI como Parceiro Social.

Trabalhadores

Não se explica mas acontece

Carris subsidia empresa privada

- Milhares de trabalhadores com salários em atraso
- CI/Setenave desmente Soares
- Inquérito do MURPI

Enquanto a gestão da Carris, empresa pública como se sabe, dava uma magistral lição de competência e de rigor administrativo gastando cerca de 564 mil contos a mais por ter preferido uma oferta da UTIC, empresa participada pelo Estado como se sabe, em favor de uma unidade industrial privada (a firma Salvador Caetano) na adjudicação de 282 autocarros, na Vidreira da Fontela e em dezenas de outras empresas como a ANOP, jornal "O Dia", a Lisnave, Touzet, J. Pimenta, ENI, Francor Hoescht, Resiquímica, em grau maior ou menor, milhares de trabalhadores, ou não recebem salários há anos, ou então os mesmos salários foram-lhes reduzidos arbitrariamente, ou ainda são-lhes pagos com irregularidade e sem garantias para o mês que vem. Com o espectro do desemprego pela frente e obrigados a recorrer a paralisações, à concentração e a outras formas de luta, grande número de trabalhadores e respectivos sindicatos e organizações representativas nas empresas tentam diariamente abrir caminho ao diálogo, à negociação de salários mais adequados ao aumento do custo de vida. São exemplos dessas lutas recentes empresas como a Marconi, Minas da Panasqueira, Gelmar (aqui os trabalhadores conseguiram um financiamento de 148 mil contos já aprovado em Conselho de Ministros) a Molaflex, a Somapre.

Num balanço da União dos Sindicatos de Lisboa referente a Abril e abrangendo 58 empresas de 14 sectores e subsectores de actividade, conclui-se que largas dezenas de milhares de trabalhadores do distrito estiveram em luta o mês passado. Mas a USP ressalva que essas são apenas algumas das empresas em que

houve lutas, ou onde surgiram conflitos devido a questões de ordem salarial, ou em defesa de postos de trabalho. A contratação colectiva foi a principal razão dos conflitos, quer por melhores salários, quer por salários em atraso ou pagos irregularmente. Mas outros motivos moveram também os trabalhadores e as suas organi-

zações representativas designadamente os delegados sindicais, comissões respectivas, comissões intersindicais e comissões de trabalhadores e, confrontados com a intransigência patronal e fortalecidos com a justiça das suas reivindicações, têm adoptado formas de luta susceptíveis de atingir melhor a opinião pública e ganhar para a sua causa outros trabalhadores e a população.

Na Somapre o pagamento dos salários em atraso e a defesa dos postos de trabalho levou os trabalhadores a cortar uma estrada nacional número um durante o período de greve de segunda-feira.

CI/Setenave desmente Soares

A comissão intersindical (delegados sindicais) da Setenave desmente entretanto a asserção de Mário Soares segundo a qual o exemplo daquela grande empresa pública da indústria naval onde se chegou a um acordo para salvar postos de trabalho e salários serviria, segundo o secretário-geral do PS, para ilustrar a possibilidade do "pacto social", na sua versão generalizada a todo o País.

Os delegados sindicais da Setenave dizem que, ao contrário do que afirmou Mário So-

ares na RTP, em 5 do corrente, não foi feito na empresa "pacto algum", nem foi aceite "qualquer redução nos salários".

Repudiando as declarações do secretário-geral do PS sobre a Setenave, que consideram "tiradas demagógicas e mentirosas", a comissão intersindical esclarece que o que os trabalhadores assumiram foi "uma posição patriótica, lutando contra a tentativa de destruição da sua empresa, levada a cabo pelo Governo PPD/CDS".

A Oliva paga

Pertencente à multinacional americana ITT, a fábrica Oliva, de Ovar, entretanto referida nesta página pela Federação dos Metalúrgicos, foi obrigada a pagar salários que retivera ilegalmente há mais de um ano durante um período de paralisações.

Processada pelos sindicatos a administração já começou a cumprir a sentença do tribunal, repondo as cinco horas que abusivamente descontara nos salários dos seus trabalhadores.

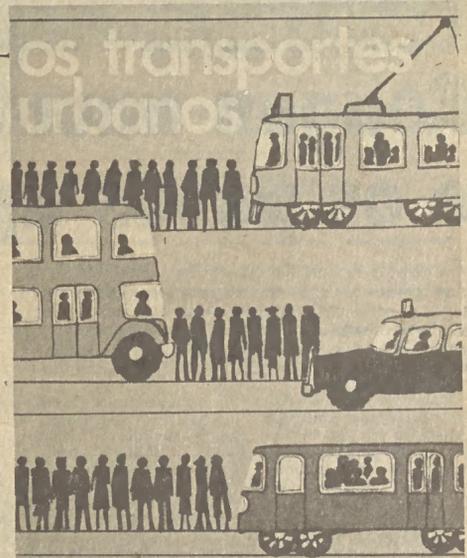
Inquérito do MURPI

Divulgado em 10 do corrente um inquérito efectuado pelo MURPI (Movimento dos Pensionistas e Idosos) revela que "cerca de 850 mil reformados dos regimes rural e social (cerca de 50 por cento do total dos reformados) recebem pensões de 3300 escudos e 3400 escudos e mais de 700 mil reformados do regime geral (cerca de 80 por cento do total deste regime) recebem pensões de montante muito inferior a 6 mil escudos. A percentagem dos reformados que recebem pensão superior ao salário mínimo nacional é inferior a 10 por cento do total dos pensionistas inquiridos, 43,9 por cento têm mulheres a cargo, recebendo por isso 1200 escudos de subsídio, e 11,9 por cento têm filhos a cargo".

Estas são as principais conclusões do inquérito, que trata ainda de questões relacionadas com a saúde, a habitação e a necessidade permanente de ajuda de terceira pessoa para os pensionistas e idosos.

Professores de Moçambique

Entretanto, professores de Moçambique, que se deslocaram a Portugal para participar como convidados no Congresso constituinte da Federação sindical do sector, avistavam-se no Porto com dirigentes do Sindicato dos Professores do Norte que estiveram represen-



Na linha habitual da entrega das melhores fatias ao capital privado no sector nacionalizado dos transportes, a Carris acaba de "subsidiar" a Salvador Caetano com mais de meio milhão de contos perdidos pelo sector empresarial do Estado

tados no Congresso por 236 delegados. Numa conferência de imprensa no passado dia 4, as organizações de docentes de Moçambique (ONP) e o SPN manifestaram-se "solidárias na luta dos professores contra o racismo, o apartheid e o sionismo e todas as formas de exploração, dominação e opressão dos povos". A ONP estava representada por Manuel Araújo, secretário internacional, e José Mabota, secretário provincial. Hoje pelas 9 e 30 o SPGL e a ONP dão uma conferência de imprensa em Lisboa.

500 mil jovens sem aproveitamento

No seguimento do I Congresso dos Professores, donde

saiu a Federação Nacional em 27 de Abril findo, foram estabelecidos vários contactos, especialmente por parte de delegações estrangeiras com responsáveis nacionais, e reuniram-se também representantes de associações de pais. A preocupação central de todas as iniciativas anda à volta da qualidade do ensino e do aproveitamento escolar que, segundo António Teodoro, presidente da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, afecta anualmente perto de 500 mil jovens, que acabam o seu ano escolar sem êxito, conforme revelou no encerramento do Congresso aquele dirigente do SPGL e da Federação Nacional dos Professores.



A Gelmar, ou o que dela resta, conseguiu um financiamento de 148 mil contos (foto de arquivo)

Segurança Social

O estado a que chegou a Previdência

- A dívida do patronato subiu para 50 milhões em 1982

A Inter tornou públicos recentemente dois estudos sobre segurança social. Por eles se vê perfeitamente a que estado chegaram as contas da Previdência e quem são os responsáveis por essa situação.

Cinquenta milhões de contos é o total das dívidas do patronato no ano de 1982. Dinheiro descontado nos salários dos trabalhadores e que não entrou nos cofres da Segurança Social.

Na qualidade de membro do conselho de gerência do Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social, a CGTP pediu já por várias vezes que lhe fosse fornecida a lista das empresas ou entidades com débitos à Previdência superiores a 10 mil contos. Mas até hoje

afirmação, que não chega a ser um argumento segundo a Inter "uma indesmentível realidade": as despesas de segurança social em Portugal têm sido financiadas fundamentalmente pelos trabalhadores com os seus descontos directos e indirectos!

Num quadro retirado do Anuário Estatístico de Segurança Social para os anos de 1978 a 1980 e das Contas do GSS para os dois anos seguintes, a CGTP revela que as contri-

tais no mesmo período, que atingiram 681,9 milhões de contos.

Noutros países da Europa - acrescenta a Inter - "as contribuições do Estado são bastante superiores". Em 1980, por exemplo, "contribuíram em média com 26,2 por cento" países europeus como a Bélgica, Dinamarca, RFA, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda e Grã-Bretanha.

Bastariam 20 por cento

Em Portugal refere ainda a CGTP, se o Estado contribuisse com 20 por cento das despesas correntes (o que não é exagerado) seriam mais 38 milhões de contos (cálculo com base no orçamento de 1983) que a segurança social recebe-

ria, permitindo "melhorar a situação dos beneficiários, e assim contribuir para uma melhor justiça social".

Mas só o Estado não contribui com nada de parecido com essa verba (fica-se como serviu pelos 3,6 por cento entre 1978 e 1983) como nem sequer faz por cobrar as dívidas do patronato, que se acumulam assustadoramente passando de 34,9 milhões de contos em 1980 para cerca de 50 milhões no ano corrente.

Além disso o governo demitido oculta a verdade. Não fornece os dados solicitados por um elemento, a CGTP, do Instituto encarregado da gestão financeira da Previdência e permite que as empresas não cumpram os contratos que assinaram com a segurança social, dispondo o patronato do dinheiro que desconta todos os meses aos trabalhadores.



Emprego e pensões sob nova lei/Protesto da CGTP

"Os problemas do desemprego não se resolvem condenando à miséria e à inactividade forçada os pensionistas", afirma a CGTP. A propósito do Decreto-Lei 164/83, que proíbe o exercício da actividade profissional aos que para ela tenham sido declarados incapazes, a Central unitária sublinha que "tal disposição contradiz, por exemplo, o direito ao trabalho por parte dos deficientes", sabendo-se como se sabe que "em Portugal não existem centros de readaptação e reconversão profissional".

Anteriormente, lembra a CGTP, "só havia condicionamento da prestação de trabalho antes dos 70

anos". O novo decreto apresenta um retrocesso relativamente ao anterior (DL 45 266) que reconhecia não

só "a possibilidade de os pensionistas trabalharem" como autorizava, por outro lado, que as respectivas pensões fossem "aumentadas tendo em conta as contribuições entradas após a passagem à reforma".

O desemprego não é preocupante?

Entretanto, o secretário de Estado do Emprego, Artur Mota, declarava em Genebra que o desemprego em Portugal não atinge "índices extremamente importantes". Embora se saiba que as percentagens se situam muito acima do que oficialmente tem sido difundido (ainda recentemente dados oficiais, divulgados pelo próprio Ministério do Trabalho indicavam, no primeiro semestre de 1982, a existência de "310 mil desempregados numa população activa de 4 milhões e 279 mil indivíduos". Estes números não estão certos. Mas são, já eles, preocupantes. Que fará os divulgados pela Inter, que se situam actualmente entre os 480 mil e o meio milhão!

O desemprego só não é preocupante para quem atribuiu e para quem recebeu, beneficia ou beneficiou dos mais de cinco milhões de contos que o Ministério do Trabalho, pela mão de Luís Morales, atribuiu no ano passado ao patronato para a alegada criação e manutenção de postos de trabalho.

O desemprego é uma preocupação diária, não apenas para as centenas de milhares de trabalhadores que se encontram nessa situação. É preocupante também, e não em menor escala, para os que vêem as empresas a arruinar-se e os postos de trabalho a desaparecer.



Mais de 700 mil pensionistas do regime geral estão condenados à miséria, se viverem das pensões

não veio nada do Ministério ou da respectiva secretaria de Estado.

Por outro lado, enquanto, "entre 1975 e 1981 (6 anos) a pensão média do regime geral, que abrange mais de 700 mil pensionistas", aumentava "148 por cento - de 2058 escudos para 5113 escudos" - os preços subiam "no mesmo período 225 por cento".

Segundo um dos estudos da CGTP para esse período, a gritante desactualização das pensões afecta cerca de 1,5 milhões de portugueses, condenados desta forma à mais negra miséria.

Para o Governo, o actual e os imediatamente anteriores, a segurança social não tem dinheiro. Esta

bições dos trabalhadores oscilaram entre 91,4 e 98 por cento, nesse período de sete anos.

Referindo a Constituição, que neste como outros aspectos não é cumprida pelo governo, a inter afirma que "a contribuição do Estado através do OGE (Orçamento Geral do Estado), para pagar os défices dos regimes não ou reduzidamente contributivos, e da acção social, tem sido quase ridícula. Entre 1978 e 1983, aquele défice acumulado somou 180,1 milhões de contos, mas a contribuição do Orçamento do Estado foi apenas de 6,6 milhões de contos, ou seja 3,6 por cento - o que por sua vez corresponde a 0,9 por cento das despesas correntes to-

«Crescente isolamento dos divisionistas» Salientado pela FSM MMP

Numa resolução em quatro pontos divulgada em 9 do corrente, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, ao analisar a forma como decorreram as comemorações do 1.º de Maio no nosso país, refere o "crescente isolamento dos divisionistas" que, apesar dos "grandes apoios que têm a nível político e da parte dos órgãos de comunicação social", cada vez denunciam mais "o seu papel de instrumento do patronato". A FSM MMP, que "manifesta o seu regozijo pela forma combativa como os trabalhadores metalúrgicos e mineiros de norte e sul do país participaram nas comemorações do 1.º de Maio", sublinha no ponto um ("contratação e lutas") da resolução aprovada na reunião do seu secretariado em 4 do corrente

que, "apesar dos boicotes do patronato e do seu instrumento de divisão, o Sima (paralelo da UGT), tem sido possível "concretizar inúmeros processos de luta, quer reivindicativos, quer contra a prepotência e a repressão patronal". A resolução da FSM MMP que, além do 1.º de Maio, das eleições de 25 de Abril e do ponto um já citado, refere o Encontro Nacional de Organização Sindical dos Metalúrgicos e Mineiros, frisa a importância do reforço da organização "como ponto de partida para o bom êxito" das reivindicações.

As linhas gerais do Encontro já estão aprovadas, revela o secretariado da FSM MMP que refere como objectivos daquela iniciativa os campos da organização sindical de empresa, a sin-

dicalização e a verticalização sindical. Outros objectivos terão também o seu lugar no Encontro, principalmente tudo o que contribua para melhorar a capacidade de intervenção e de luta dos trabalhadores do sector, dos seus sindicatos e da Federação.

Sobre aquilo que designa por "contrato social", a FSM MMP adverte contra "as falsas soluções". É com elas que "certas forças políticas dizem querer resolver os problemas do país". Mas essas "soluções" não são mais do que a tentativa de continuar a desenvolver a mesma política, agravando substancialmente a situação dos trabalhadores e do país", recorda a Federação.

O secretariado da FSM MMP, que salienta "o empenhamento dos traba-

lhadores na luta pelas suas reivindicações", destaca o caso concreto da Oliva onde se conseguiu "repor a legalidade", obrigando através da luta o patronato a pagar o "tempo indevidamente descontado durante as greves".

Quanto ao contrato colectivo do sector o secretariado da FSM MMP acha "justo salientar a forma como os trabalhadores participaram na discussão do projecto do CCTV, nas centenas de reuniões e plenários que se realizaram de norte a sul do país". E refere especialmente a luta reivindicativa no âmbito da contratação como "arma poderosa para a resolução dos problemas económicos dos trabalhadores" - arma de que os metalúrgicos fizeram uso, dando "sobejas provas da sua capacidade de luta" e mobilização.

Internacional

América Central

Reagan anuncia a guerra e os povos apelam à paz

A intervenção de Reagan em 27 de Abril passado perante as duas câmaras do Congresso norte-americano continua a ser motivo de acesos debates, considerando-se já publicamente que o escandaloso envolvimento dos Estados Unidos na América Central pode levar a uma das mais graves crises entre o Congresso e a Casa Branca.

A mensagem de guerra contra os povos centro-americanos transmitida por Reagan, que provocou manifestações de protesto em toda a parte incluindo os EUA, foi considerada pelos órgãos dirigentes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador como um sombrio anúncio de novos e iminentes passos a caminho da ruptura da paz mundial.

Num momento em que a situação em El Salvador se aproxima cada vez mais da derrocada final do governo fantoche apoiado por Washington; em que as divisões internas da própria oligarquia salvadorenha grassam dentro dos partidos autorizados, nos órgãos gover-

namentais e põem a nu contradições reais de interesses de certas camadas da burguesia com os do imperialismo; a administração Reagan decide jogar a carta do desespero; a intervenção em massa à procura da vitória impossível.

Como faz notar o documento da FMLN e da FDR, esta decisão de Reagan, em vésperas da campanha eleitoral para a presidência dos EUA, faz parte da política global da actual administração norte-americana, como o próprio Reagan deixou claro. Neste âmbito, a luta dos patriotas salvadorenhas faz parte integrante da luta mundial em defesa da paz, da luta para fazer parar a marcha empreendida pelos

Estados Unidos até ao desencadeamento da hecatombe nuclear.

As tentações imperialistas de reeditar novos Vietnams ou Líbanos, na África Austral como na América Latina, são motivo bastante para preocupação dos povos e da maioria dos governos de todo o mundo. O que coloca de novo a questão da solidariedade internacional e a necessidade de desenvolver todos os esforços para a resolução política dos conflitos existentes.

Essa tem sido a política da FMLN, e da FDR que apesar das sucessivas vitórias contra o exército salvadorenho treinado, equipado e dirigido por conselheiros americanos, sempre se manifestou disposta a dialogar e negociar com todas as partes que possam contribuir para o fim dos confrontos. Isso mesmo é salientado no documento que vimos referindo, onde se afirma que os patriotas salvadorenhas nem mesmo se negaram ao diálogo com todos os congressistas dos Estados Unidos que procuraram ou aceitaram contactar com eles, como o têm feito com todos os governos de todos os continentes e com todos os organismos internacionais que mostraram interesse em promover a paz.

Como igualmente sublinham, foi sempre o Governo de Reagan que fez fracassar o diálogo quer com os EUA quer com o Governo salvadorenho. As atribuições deliberadamente limitadas que Reagan concedeu ao seu enviado especial para a América Central constituem um novo bloqueio ao diálogo e à paz, tendo como objectivo fechar as portas às legítimas

aspirações de liberdade, independência, justiça social e paz dos povos centro-americanos.

O recrudescimento dos ataques contra a Nicarágua são bem exemplo disso. A concentração de forças reaccionárias nas fronteiras do país, quer nas lideradas pelo traídor Eden Pastora quer as dos ex-somozistas, quer ainda as hondurensas, acolhidas nas Honduras ou na Costa Rica; testemunham como as palavras de Reagan perante o Congresso são um estímulo de facto ao derrube do regime popular sandinista e à restauração da ditadura pró-americana dos somozistas, bem como o sinal de intensificação das operações militares em toda a América Latina.

A preocupação provocada pela crescente agressividade de Washington foi recentemente tema de um encontro de personalidades públicas e políticas colombianas, entre as quais congressistas e sindicalistas. No documento divulgado no final do encontro aquelas personalidades acusam os EUA de praticarem uma «política de pressão, provocação, agressão, ingerência nos assuntos internos e golpes militares» nos países da América Latina.

Para impedir a extensão do foco de operações militares — sublinha o documento — é indispensável o fim da agressão e da ingerência dos EUA nos assuntos internos da Nicarágua, do Salvador e de outros países da América Central e Caraíbas.

Uma unidade dos povos latino-americanos e a solidariedade internacional poderá ser a melhor arma para o conseguir.



Manifestação de protesto em Nova Iorque contra a escalada americana na América Central. «Não mais guerras do Vietname, EUA fora de Salvador», foi um dos muitos cartazes dos manifestantes

9 de Maio, dia da vitória Lições mais actuais que nunca

Foi há 38 anos, no dia 9 de Maio. Todos os anos a Humanidade comemora a data do fim da última e mais mortífera guerra internacional. O aniversário da grande vitória sobre o nazi-fascismo. Não simplesmente como uma — mais uma — data histórica. Mas como uma vitória que — afirmando de forma inequívoca a superioridade do socialismo como sistema, o seu decisivo contributo histórico, ao salvar então a própria civilização humana — abriu a todos nós uma nova era. Com renovadas perspectivas de futuro. Mesmo com a perspectiva de finalmente vir a pôr fim a todas as guerras.

Trinta e oito anos passados. Que não foram anos pacíficos. A batalha de classes «ferve» na Europa e a nível internacional. Mas 38 anos de paz no velho continente. 38 anos em que foi possível evitar mais uma guerra mundial (que teóricos burgueses consideram uma necessidade cíclica).

Há entretanto hoje — apesar do que uma guerra, nas actuais condições de desenvolvimento técnico-científico, significaria para a Humanidade, para a própria vida no planeta Terra, tal como o conhecemos — quem aposte, e prepare, a terceira guerra mundial. Quem admita o holocausto nuclear, confiante de poder assim salvar um sistema condenado. Quem ainda não tenha assimilado lições essenciais da 2.ª guerra mundial. E tão pouco veja as diferenças, as profundas alterações da realidade internacional, geradas nestes anos, também fruto da vitória sobre os nazis.

Hoje, reflectindo um pouco sobre a realidade actual e sobre o que foi o período imediatamente anterior à última guerra, ressaltam, de par das radicais diferenças, preocupantes pontos de semelhança.

Reescrever a história é ocupação de quem se empenha em apagar responsabilidades, em ocultar os verdadeiros responsáveis da segunda grande guerra. Naturalmente para

diluir responsabilidades actuais, em confortáveis teses «neutras» como a das «duas potências».

A verdade entretanto é que os factos são os factos. Hitler não foi um maniaco com acesso a poderosas Forças Armadas. Alguém lhe abriu esse acesso. E esforços não faltaram para que a 2.ª grande guerra fosse — mais claramente — uma «cruzada» anticomunista (a «cruzada» que hoje Reagan quer lançar?) — Não fora um outro facto: a realidade das contradições inter-imperialistas. O que de forma alguma deve fazer ignorar que, não só Hitler não surgiu por acaso, como também não foi por acaso que teve a possibilidade — não só a nível interno, na Alemanha de então, como a nível internacional — de desencadear a guerra.

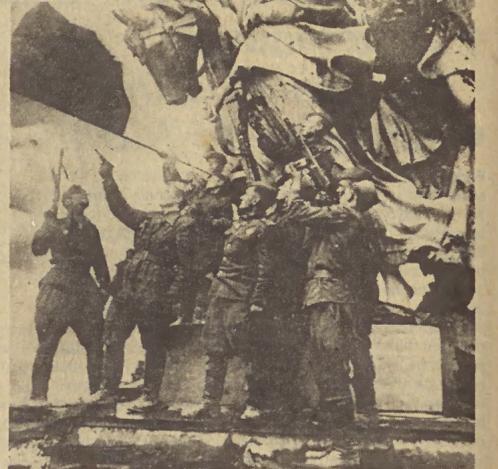
Entre 12 e 21 de Agosto de 1939 — cerca de duas semanas antes do início da guerra — e por iniciativa de Moscovo, realizaram-se reuniões de delegações militares da União Soviética, da Grã-Bretanha e da França. Era um último esforço, por parte da União Soviética, para a assinatura de um acordo militar entre os três países para fazer face à agressão nazi. Sem dúvida que toda a história contemporânea teria sido diferente, se as múltiplas propostas soviéticas de unidade internacional frente ao fascismo, tivessem sido aceites. Mas também este último esforço saiu gorado. As consequências são conhecidas. O seu saldo humano foi de 50 milhões de vidas (20 milhões de soviéticos).

Porquê? Porquê esta recusa sistemática por parte dos governos de países que viriam a ser atacados pelas tropas de Hitler? Só há uma resposta possível. Como aliás a documentação da época confirma, o objectivo de todos estes governos burgueses era a liquidação da República Socialista — então o único país socialista — pelas tropas de Hitler.

O que muito objectivamente representa a corresponsabilidade dos governos dos vários países capitalistas da Europa numa guerra terrivelmente mortífera. Guerra que atingiu os seus próprios povos, vítimas de uma política que não só ignorou o movimento da paz como tentou sufocá-lo através de uma guerra psicológica de divulgação de valores chauvinistas, de escamoteamento da realidade das classes e dos seus interesses antagónicos.

Assim, em vésperas da 2.ª guerra mundial, foi dada luz verde às hordas fascistas, para uma «guerra relâmpago» contra a URSS. Foi dada luz verde para a liquidação do primeiro Estado socialista.

Com que consequências? Primeiro, como todos sabemos, não houve nenhuma «guerra relâmpago», apesar de, na frente soviética, terem sido concentradas 70% de todas as forças armadas mobilizadas pela Alemanha nazi.



Segundo, pode justamente afirmar-se que se registou uma inversão dos resultados pretendidos pelos promotores (todos — que não só os nazis) da 2.ª grande guerra.

As consequências da 2.ª grande guerra foram a criação da própria comunidade socialista; uma nova realidade na própria Europa capitalista, que nomeadamente se prende ao prestígio dos comunistas pela sua decisiva participação na Resistência ao invasor; um impulso determinante no movimento de libertação nacional, que haveria de conduzir ao fim dos impérios coloniais.

Mais: a aliança — recusada — com a URSS, contra o invasor nazi, veio posteriormente a verificar-se, provando a possibilidade de coexistência pacífica entre os sistemas sociais opostos. E mesmo a sua inevitabilidade para obstar a formas de aniquilação da Humanidade.

Traços comuns em situações diferentes

Uma guerra começa a ser preparada muito antes de sua eclosão. Ora, a rigor, pode-se dizer que os preparativos para uma terceira guerra mundial iniciaram-se ainda no fim da segunda.

E temos Hiroshima e Nagasaki. Os esforços para manter o monopólio da arma atómica, recusando simultaneamente as propostas soviéticas de renúncia à utilização militar da energia atómica (propostas que não só se mantiveram como multiplicaram depois da própria União Soviética possuir também essa arma). A «guerra fria». Os planos sucessivos de utilização da arma nuclear — de acordo com documentos governamentais de Washington, vários planos de ataques nucleares contra a União Soviética foram elaborados nos anos 40 e 50. Posteriormente admitiu-se a utilização da arma nuclear na Coreia, nas Caraíbas, em Berlim, no Vietname.

Estamos em 1983. Hoje os preparativos de guerra estão à vista de todos. De novo a «ameaça russa», vezes sem conta invocada, sempre que é preciso justificar nova escalada na corrida aos armamentos. De novo o espírito de «cruzada». De novo, as mais terríveis armas são apresentadas como garante de paz (a primeira arma atómica também foi apresentada como tal). E sobretudo as claramente expressas pretensões de domínio mundial.

Já não é o «espaço vital», a «guerra relâmpago». Mas são os «interesses vitais», é o «primeiro golpe», a «guerra preventiva», a «guerra prolongada». Toda uma teorização — acompanhada do fabrico e implantação de armas destinadas a levar tal teorização à prática — apontando para o desencadear de uma nova guerra mundial.

Como batalha destes dias, deste ano que ora corre, a questão central da implantação dos novos mísseis nucleares norte-americanos em território europeu.

Poder-se-á então falar de paralelismo entre os anos 30 e 80? Os ideólogos burgueses têm razão, quando afirmam ser a guerra inevitável?

Os factos indicam que não. Há de facto paralelismo, quando nos reportamos às intenções, aos pretextos invocados, à prática política, a promoção da corrida aos armamentos — intenções e práticas do imperialismo, hoje tal como em vésperas da segunda guerra mundial.

Mas nem só isso conta. Em 1939 não foi possível evitar a guerra. Mas mesmo com as forças de então foi possível derrotar o nazismo, alterar radicalmente o equilíbrio mundial de forças a favor das forças progressistas.

Hoje uma forte comunidade socialista impôs mesmo o equilíbrio militar. O 25 de Abril desferiu o golpe final aos impérios coloniais. O movimento pela paz assumiu uma envergadura ímpar, tendo reflexos até nas Igrejas e na Câmara de Representantes dos EUA.

Mas simultaneamente, a utilização, do domínio do armamento, dos avanços científico-tecnológicos, coloca pela primeira vez a questão da própria sobrevivência da Humanidade.

Como é manifesto, os que desencadearam a 2.ª guerra mundial enganaram-se radicalmente nos seus cálculos. O perigo é que hoje, uma vez mais, se possa repetir tal engano. O perigo é que as lições da 2.ª guerra não sejam assimiladas — também, e até sobretudo — pelos seus autores. Porque com outra guerra já não haveria lições a tirar, nada a aprender. Pela razão simples de que não haveria nada.

É esse o desafio a que as imensas forças da paz do nosso tempo têm que saber responder. Em tempo útil.

Povo espanhol quer a mudança

E o PSOE?

Dia 8 de Maio, realizaram-se em Espanha eleições municipais. Os resultados apontam para uma estabilização da direita, uma descaída do PSOE, que mantém as posições dominantes, uma significativa subida por parte do Partido Comunista, o único que regista uma subida assinalável na percentagem de votos.

Em síntese, de par de uma abstenção por volta dos 35%, os resultados são os seguintes:

- O PSOE — 43,4 por cento (48 por cento nas anteriores eleições), com a maioria absoluta em 26 capitais de distrito,

incluindo Madrid e Barcelona, e a maioria relativa noutras 9 cidades.

● «Coligação Popular», agrupando os vários grupos de direita, sob a direcção da «Aliança Popular» do ex-ministro franquista Fraga Iribarne — 26,37 por cento (mais 0,37%).

● PCE — 8 por cento dos votos — o que representa a quase duplicação dos votos alcançados nas eleições legislativas de

Outubro do ano passado. Maioria absoluta em Córdoba.

Por coincidência, também nestes dias, decorreu em Lisboa um Seminário sobre «segurança» de Portugal, Espanha e Norte de África, promovido pelo Instituto de Estudos Estratégicos e uma organização norte-americana. O representante espanhol, comentando recentes declarações de Filipe Gonzalez no que se refere à im-

plantação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa, afirma que as posições do governo espanhol poderão «evoluir no sentido do alinhamento de Espanha com as decisões mais cruciais da NATO».

Tais declarações, paralelamente a outros factos, como o sucessivo adiamento do prometido referendo quanto à integração ou não integração do país na NATO, ou ainda, a nível de política interna, a deterioração do nível de vida (a subida de preços não é acompanhada, na mesma medida, pela

subida dos salários) — reflectem, problemas reais do povo espanhol, e muito possivelmente estarão a ter também já reflexos a nível eleitoral, muito embora o PSOE mantenha uma posição claramente dominante.

Ao longo da campanha eleitoral, o PCE destacou em particular problemas como o aumento do desemprego, a renovação do acordo que regula a permanência das bases norte-americanas em território espanhol, o referendo sobre a NATO. E caracterizou a política governamental pelo continuismo.

Ditadura turca anuncia «eleições» com aplauso dos EUA

O recente anúncio da realização de «eleições» parlamentares na Turquia em 6 de Novembro próximo foi vivamente saudado no passado fim-de-semana por Ronald Reagan, que afirmou em Santa Bárbara que tal decisão «culmina o processo de restauração da democracia».

Sempre atento aos «progressos na defesa dos direitos humanos», o presidente norte-americano aproveitou a oportunidade para felicitar «o povo turco por esta iniciativa assinalável». Lamentavelmente, Reagan não se pronunciou sobre um relatório divulgado no dia 6 pelo comando do estado de sítio de Ankara, que dava conta da existência de mais de vinte mil presos políticos na Turquia.

Tão pouco se conhecem quaisquer reacções à revelação, no mesmo relatório oficial,

de que desde o golpe de Estado militar foram condenadas 32 650 pessoas, por «delitos ideológicos», 117 das quais foram condenadas à morte e 141 a prisão perpétua.

As «felicitações» de Reagan aos progressos na «democracia turca» a que os Estados Unidos têm dado o maior apoio, podem no entanto estar ligadas ao levantamento da interdição dos partidos políticos na Turquia. Facto que seria insólito se à afirmação da ditadura militar de que «os cidadãos

são livres para formar partidos políticos à sua escolha, de aderir a eles e de desenvolver actividade política», não se segue um mas...

É que para dar às «eleições» um cariz «democrático» tão do agrado norte-americano, os militares que dominam a Turquia decidiram autorizar os partidos, desde que... os antigos dirigentes partidários se abstenham de comentar a política passada ou futura do país. Aos novos dirigentes, por seu turno, é imposta a condição de não fazerem comentários sobre as decisões dos militares.

Resumindo, os cidadãos são livres de formar partidos, se calhar até de pensarem o que

muito bem quiserem, terão é de abster-se de falar de política ao eleitorado. De que falarão então durante a «campanha eleitoral»? Do tempo?

E mesmo que os dirigentes políticos turcos descubram algum meio de dizer ao eleitorado os seus projectos, como poderão à partida saber o que a ditadura militar considera legal ou ilegal? A ameaça clara do general Evren de que «para que as eleições tenham lugar na data prevista, essas pessoas devem abster-se de qualquer acto ilegal a fim de que não sejam forçados a promulgar leis que não desejamos promulgar», não deixa margem para dúvidas. Ou as «eleições» decorrem como a ditadura quer ou não haverá «eleições».

Um progresso notável na «democracia turca», como diria Reagan!

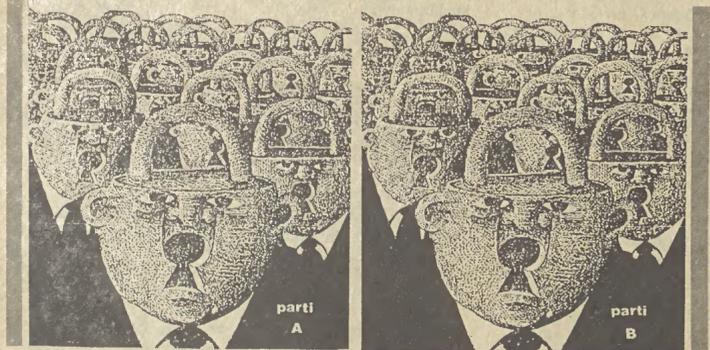
Se esta peculiar forma de «democracia» não bastasse para denunciar os reais intentos de dar «nova cara» ao regime sem bulir com o regime, um recente discurso do Chefe de Estado da Turquia se encarregaria de o fazer: «uma vez mais (os antigos políticos) procuram dividir o país em grupos de esquerda, de direita e do centro, reavivando uma atmosfera de ódio e de guerra interna e disputando entre si como outrora».

Nem é preciso ser bom entendedor para perceber. O que os diladores turcos querem são vozes concordantes com o regime, nem de direita nem de esquerda nem de centro, mas de extrema direita como a que actualmente está no poder.

Para «legitimar» a repressão, as condenações à morte, as

prisões perpétuas, os milhares de presos políticos. Para legitimar um regime que o povo rejeita, como as condenações por «delitos ideológicos» só por si demonstram.

É este «processo de restauração da democracia» que Reagan aplaude.



O levantamento da interdição dos partidos políticos e o pretensão regresso à democracia não passa de uma caricatura da vida política, uma vez que a Junta militar aprovou uma série de interdições que não permitem falar minimamente de abertura. Saliente-se por exemplo que «os juizes e procuradores, os membros dos órgãos judiciais, os professores de estabelecimentos superiores, os funcionários do Estado, de instituições ou estabelecimentos públicos (salvo os que podem ser considerados operários), os estudantes e os membros das forças armadas, não podem aderir aos partidos políticos». Os operários, por seu turno, «não podem fundar o seu próprio partido de classe». A Junta militar turca arroga-se mesmo o direito de decidir quais são os membros «aceitáveis» dos partidos e quais o não são. Uma mascarada

Iráo ilegalização do Toudeh favorece o imperialismo

O Partido Comunista do Irão, Partido Toudeh, foi formalmente ilegalizado na passada quarta-feira pelo Procurador Geral da Revolução Islâmica do Irão. Segundo um comunicado do Procurador, a partir daquela data «qualquer actividade ao serviço desse partido é ilegal e será considerada contra-revolucionária». Como tal, serão igualmente considerados todos os «militantes e simpatizantes» do Toudeh que até 15 de Junho não se apresentem às autoridades, a quem devem entregar duas fotocópias do bilhete de identidade, duas fotografias e um «formulário» devidamente preenchido.

Quem não cumprir aquelas determinações será considerado contra-revolucionário e perseguido pela lei. Os que o fizerem serão libertados.

Esta autêntica «caça às bruxas» no Irão culmina uma intensa campanha desencadeada há tempo contra o Partido Toudeh, e cujos objectivos foram denunciados pelos camaradas iranianos.

Numa carta aberta do Comité Central do Toudeh aos responsáveis da República Islâmica do Irão, (RII), em 5 de Março último, os dirigentes comunistas denunciavam uma série de manobras que se seguiram «à prisão ilegal de dirigentes e membros» do Toudeh e que visavam «preparar um grande complot» contra a revolução iraniana. Complot que a acreditar em tais manobras seria da responsabilidade do Toudeh.

Vós sabeis que em 1949 — recorda o CC do Toudeh — a pretensão de um atentado contra o Xá foi fomentada por uma organizada campanha contra o nosso Partido, na sequência da qual ele foi «interditado». Do mesmo modo, todas as tentativas de golpe de Estado contra o governo nacionalista do dr. Mossadegh e contra a RII foram montadas de forma a apresentar o PT como um dos seus principais responsáveis.

A ilegalização do Partido Toudeh e a repressão desencadeada contra os comunistas e outras forças progressistas iranianas só pode favorecer o jogo e os interesses do imperialismo profundamente empenhado na liquidação da dignidade e da revolução que pôs termo a uma das mais odiosas e tenebrosas ditaduras. Será bom recordar que a reacção norte-americana ao derrube do Xá se saiu não apenas pelo congelamento dos bens do Irão

existentes nos Estados Unidos, mas também pelo desencadear imediato de acções de ingerência, agressão e apoio às forças pró-imperialistas dentro e fora do país.

As acusações que vêm sendo feitas ao Partido Toudeh, força que sempre lutou pela defesa dos interesses do povo iraniano, em nada diferem das acusações que a reacção sempre faz quando os seus interesses são ameaçados. O objectivo é idêntico, seja qual for o lugar do mundo onde aparecem: desacreditar a luta dos comunistas pela liberdade, pelo progresso social, pela independência nacional.

Que tais acusações sejam lançadas a partir de sectores do próprio poder, como sucede no Irão, e que sob essa pretexto se desencadeiem perseguições e actos repressivos contra os que defendem a democracia, faz temer que os propósitos do imperialismo estejam a ser alcançados.